

18/10/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Pontes ainda contra fusão Capes-CNPq](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Uma fusão improvável](#)

[Bolsas do CNPq estão garantidas este ano, diz ministro](#)

O GLOBO - RJ

[Educação recebe verbas para bolsas e faculdades](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Com propostas e demografia a favor, é possível mudar ensino público no Brasil](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Bolsonaro sanciona crédito de R\\$ 3 bi para ministérios por votos na Previdência](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Positivo investe R\\$ 290 mi em expansão](#)

O GLOBO - RJ

[Segunda temporada](#)

[‘BRASIL ESTÁ VIVENDO SOB O SIGNO DO ÓDIO’](#)

Imprensa Estadual

A TRIBUNA RJ

[Pagamento de bolsas do CNPq está garantido este ano, diz governo](#)

DE FATO

[Pagamento de bolsas do CNPq está garantido este ano](#)

DIÁRIO DO COMERCIO – MG

[Diário do Comércio forma grupo de notáveis](#)

FOLHA DE LONDRINA - PR

[UEM dá passo para internacionalização](#)

O ESTADO DO MARANHÃO - MA

[Pagamento de bolsas do CNPq está garantido este ano, diz governo](#)

TRIBUNA DA BAHIA - BA

[Pagamento de bolsas do CNPq está garantido este ano, diz governo](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Uma fusão improvável](#)

AGÊNCIA VALOR

[Com propostas e demografia a favor, é possível mudar ensino público no Brasil](#)

CARTA CAPITAL - SP

[Contra o obscurantismo, 4,5 milhões se unem para salvar a educação](#)

CINFORM - SE

[Pagamento de bolsas do CNPq está garantido este ano, diz governo](#)

FALA GUARULHOS

[Brasileiros lideram ranking de estrangeiros com bolsas de pesquisa do governo português](#)

FAROL DE NOTÍCIAS

[Investimento aprovado pela Comissão da Câmara formará 135 mil novos professores no Brasil](#)

JORNAL DIA A DIA

[Pagamento de bolsas do CNPq está garantido este ano, diz governo](#)

LEIA JÁ

[Câmara aprova R\\$ 600 milhões para programas da Capes](#)

MIDIAMAX

[Professor britânico aborda nanopartículas e meio ambiente em palestra na UFMS](#)
[Marcos Pontes é contra junção de CNPq e Capes](#)

MSN

[Nossa posição é ter CNPq e Capes separados, diz ministro; verba de bolsas deste ano está garantida](#)

PODER 360 - DF

[Marcos Pontes diz que dinheiro para CNPq 'está garantido' até o fim do ano](#)

SPUTNIK NEWS

[Brasileiros lideram ranking de estrangeiros com bolsas de pesquisa do governo português](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Por diploma falso, finalista de Nobel da educação é proibido de dar aula no ES](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Nossa posição é ter CNPq e Capes separados, diz ministro; verba de bolsas deste ano está garantida](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Ex-ministros da Ciência alertam contra estrangulamento de inovação do país](#)

CORREIO WEB

[Bolsas do CNPq estão garantidas até o fim de 2019, diz ministro](#)

DIÁRIO DO PODER

[Pagamento de bolsas do CNPq está garantido este ano, diz governo](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Comissão de Educação aprova emendas ao Orçamento de 2020](#)

G1

[Marcos Pontes prevê liberação de R\\$ 250 milhões para pagar bolsas do CNPq até o final do ano](#)

JORNAL DE BRASÍLIA - DF

['Nossa posição é que CNPQ e Capes se mantenham separados', afirma Marcos Pontes](#)

PORTAL ISTOÉ

['Nossa posição é que CNPQ e Capes se mantenham separados', afirma Marcos Pontes](#)

[Pagamento de bolsas do CNPq está garantido este ano, diz governo](#)

REDE BRASIL ATUAL

[Governo Bolsonaro tenta destruir sistema de financiamento da pesquisa científica no país](#)

SUL21

[Pesquisadores dão 'abraço simbólico' no CNPq e criticam possibilidade de fusão com a Capes](#)

TERRA

[Nossa posição é ter CNPq e Capes separados, diz ministro; verba de bolsas deste ano está garantida](#)

TRIBUNA DO NORTE - RN

[Pagamento de bolsas do CNPq está garantido este ano, diz governo](#)

AGÊNCIA GLOBO

[MEC anuncia R\\$ 43 milhões para finalização de obras em universidades federais](#)

Imprensa Estadual

O DIA - PI

[Porque comemorar a profissão de professor\(a\) na distopia brasileira](#)

Agências de notícias e sites

ACORDA CIDADE

[Comissão da Câmara aprova R\\$ 600 milhões para a Capes em 2020](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Comissão da Câmara aprova R\\$ 600 milhões para a Capes em 2020](#)

BOL NOTÍCIAS

[Comissão da Câmara aprova R\\$ 600 milhões para a Capes em 2020](#)

BRASIL247

[Servidores do CNPq realizam ato contra o desmonte da agência](#)

CGN - PR

[Acordo entre UEM e Tecpar fortalece pesquisa e soluções tecnológicas](#)

DIÁRIO DO LITORAL

[Comissão da Câmara aprova R\\$ 600 milhões para a Capes em 2020](#)

DIÁRIO DOS CAMPOS

[Comissão da Câmara aprova R\\$ 600 milhões para a Capes em 2020](#)

ESHOJE

[Comissão da Câmara aprova R\\$ 600 milhões para a Capes em 2020](#)

FOLHA DE DOURADOS

[Doutorando da UFGD analisa as redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul](#)

FOLHA DE TOCATINS

[Comissão da Câmara aprova R\\$ 600 milhões para a Capes em 2020](#)

GOVERNO DO PARANÁ

[Acordo entre UEM e Tecpar fortalece pesquisa e soluções tecnológicas](#)

HOJE EM DIA - MG

[Comissão da Câmara aprova R\\$ 600 milhões para a Capes em 2020](#)

JORNAL DA USP - SP

[Pesquisadores “abraçam” CNPq e criticam proposta de fusão com a Capes](#)

JORNAL DO BRASIL - RJ

[Comissão da Câmara aprova R\\$ 600 milhões para a Capes em 2020](#)

MAIS EXPRESSÃO

[Comissão da Câmara aprova R\\$ 600 milhões para a Capes](#)

MT HOJE

[Comissão da Câmara aprova R\\$ 600 milhões para a Capes em 2020](#)

O ESTADO ONLINE

[Comissão da Câmara aprova R\\$ 600 mi para a Capes em 2020](#)

O POVO - CE

[Votação da cessão onerosa foi benéfica a municípios do Ceará, diz presidente da Aprece](#)

PLANTÃO EM FOCO

[Capes recebe R\\$ 600 milhões em 2020](#)

PORTAL CARTA CAPITAL

[Fusão entre Capes e CNPq gera protestos até dentro do governo](#)

PORTAL EXAME

[Valor garante mais 135 mil vagas para formação de professores](#)

PORTAL ISTOÉ

[‘Nossa posição é que CNPQ e Capes se mantenham separados’, afirma Marcos Pontes](#)

R7

[Comissão da Câmara aprova R\\$ 600 milhões para a Capes em 2020](#)

REDE BRASIL ATUAL

[Governo Bolsonaro tenta destruir sistema de financiamento da pesquisa científica no país](#)

SANTA CATARINA NEWS

[Comissão da Câmara aprova R\\$ 600 milhões para a Capes em 2020](#)

TRIBUNA DA BAHIA - BA

[Comissão da Câmara aprova R\\$ 600 milhões para a Capes em 2020](#)

TRIBUNA DO NORTE - RN

[Comissão da Câmara aprova R\\$ 600 milhões para a Capes em 2020](#)

URGENTE NEWS

[Comissão da Câmara aprova R\\$ 600 milhões para a Capes em 2020](#)

R7

[MEC diz que 643 municípios querem aderir às Escolas Cívico-Militares](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Pontes ainda contra fusão Capes-CNPq

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, voltou a desaprovar o projeto do Ministério da Educação (MEC) que une o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** num só órgão. Para ele, a proposta “não faz muito sentido” e seria improdutiva para o fomento, tanto de pós-graduações quanto de pesquisas científicas.

Para justificar a fusão, o MEC sustenta que ambos exercem papéis semelhantes e que é necessário economizar recursos. Na proposta, seriam unificados pessoal e sistemas para a criação de uma agência vinculada à Educação, a Fundação Brasileira para a Ciência.

“A nossa vontade é que CNPq e **Capes** se mantenham separados. Vamos propor, portanto, maneiras que possam prover a economia necessária na gestão das duas agências. Para ajudar o país e ajudar o desenvolvimento da educação, da ciência e da tecnologia, temos que trabalhar nesse sentido”, defendeu o ministro.

Mas caso os dois órgãos virem um, Pontes acredita que seria melhor que fosse comandado pelo seu ministério. “Do ponto de vista do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, isso seria improdutivo (fundir os dois órgãos e deixar com o MEC). Se houvesse uma junção dessas, com a finalidade de irrigar as pesquisas e desenvolvimento, (o novo órgão) deveria ficar aqui”.

O ministro garantiu que serão feitas reuniões entre os dois ministérios para que encontrem um consenso sobre a fusão. “A coexistência das duas (autarquias) é muito saudável para o sistema, porque uma trata de fomento à pós-graduação e desenvolvimento da educação, e a outra com essa finalidade de desenvolvimento de pesquisas e de inovações. Acho importante que seja feita a separação exata das funções, para que não haja sobreposição”.

Verba para bolsas

De acordo com Pontes, o governo federal conseguiu a liberação de recursos para pagar as bolsas do CNPq até o fim deste ano: o ministério vai receber R\$ 250 milhões para custear as pesquisas de pelo menos 84 mil bolsistas em outubro, novembro e dezembro. Pontes explicou que, para garantir o valor, foi feita uma suplementação orçamentária à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019.

Segundo ele, pouco mais de R\$ 93 milhões devem ser liberados via projeto de lei,

enviado ao Congresso, terça-feira. Este valor será usado em dezembro. Os quase R\$ 157 milhões restantes serão disponibilizados para outubro e novembro mediante portaria do Ministério da Economia.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

Uma fusão improvável

O governo do presidente Jair Bolsonaro voltou a deixar a comunidade científica e os meios acadêmicos perplexos. Desta vez, o motivo foi o anúncio de que o Ministério da Economia está estudando, como estratégia para reduzir custos, a fusão da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os dois órgãos foram criados em 1951 com funções distintas, mas complementares. Além disso, o Ministério da Economia quer desvincular o pagamento das bolsas do CNPq do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e transferir os recursos para o BNDES. Atualmente esses recursos são geridos pela Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep).

Vinculada ao Ministério da Educação (MEC), desde sua origem a **Capes** tem a atribuição de aprimorar a formação dos professores universitários, estimulando a expansão da pós-graduação e avaliando a qualidade dos cursos oferecidos. Além de conceder bolsas para doutorado no País e no exterior e de financiar seminários e simpósios acadêmicos, ela ajuda na qualificação do ensino básico e baliza a expansão do ensino a distância no País. Periodicamente, a **Capes** divulga um ranking de qualidade das universidades brasileiras.

Já o CNPq tem por atribuição estimular o desenvolvimento científico e tecnológico, financiando não apenas as universidades, mas, igualmente, institutos de pesquisa. Vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a agência também patrocina eventos, concede bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado e financia projetos complexos e sofisticados.

Um deles é o projeto Sirius, que exigiu a construção de um laboratório de luz síncrotron de 4.^a geração, que tem um equipamento do tamanho de um estádio de futebol e é o mais caro e sofisticado da ciência brasileira. Quando estiver concluído, em 2020, os pesquisadores poderão analisar diferentes materiais em escalas de átomos e moléculas, o que pode revolucionar a pesquisa brasileira e mundial em áreas essenciais, como saúde, agricultura e exploração de gás e de petróleo. Atualmente, existe somente um laboratório de 4.^a geração de luz síncrotron em todo o mundo, instalado na Suécia. Com toda a obra civil já concluída e aguardando testes no principal acelerador de partículas, o laboratório do projeto Sirius está instalado em Campinas, é a maior estrutura científica do País e prevê, a partir do momento em que estiver funcionando, pelo menos 13 linhas de pesquisas.

Como a proposta do Ministério da Economia foi feita com base em critérios exclusivamente financeiros, e por técnicos que não conhecem os campos de atuação da **Capes** e do CNPq, as entidades da área estão criticando duramente o ministro Paulo Guedes. “A fusão traria confusão para um sistema que trabalha de forma harmônica desde a década de 1950”, afirma o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Castro Moreira. Em nota, 13 instituições acadêmicas e de pesquisa – como a Academia Brasileira de Ciências, a Associação Nacional dos

Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior e a própria SBPC – afirmaram que a proposta do Ministério da Economia é “equivocada em todos os sentidos”. Entre outros motivos, porque não apenas desfigura um sistema consolidado que funciona bem, como desestrutura os mecanismos de financiamento do setor. O MCTIC se opôs à fusão da **Capes** com o CNPq, alegando que ela é “prejudicial ao País”. Mas o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a defende, sugerindo que Bolsonaro a implemente o mais rapidamente possível, por meio de Medida Provisória.

Que a crise fiscal do País é grave, isso não é novidade. Contudo, nada justifica que, para enfrentá-la, o governo aja com base em critérios exclusivamente econômicos, desorganizando áreas essenciais do Estado brasileiro.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Bolsas do CNPq estão garantidas este ano, diz ministro

BRASÍLIA

O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, disse ontem que a verba para o pagamento das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para este ano está garantida. O ministro ainda reafirmou ser contra a fusão do CNPq com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgãos de desenvolvimento da ciência do País. A proposta de junção foi antecipada pelo Estado.

Depois de dizer que só teria dinheiro até agosto, Pontes afirmou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, deverá assinar nos próximos dias uma portaria liberando R\$ 157 milhões, que cobrirá as bolsas do CNPq nos próximos dois meses. Um projeto de lei enviado ao Congresso prevê mais R\$ 93 milhões para o mês de dezembro “Fiquei muitas noites sem dormir, assim como muitos bolsistas que dependem dos recursos para continuar pesquisas e sobreviver.”

O ministro também disse que serão descontingenciados R\$ 180 milhões para o projeto do acelerador de partículas Sirius, localizado em Campinas, no interior paulista. Com isso, os primeiros projetos deverão começar no ano que vem, com o foco no pré-sal.

Embate. Sobre a fusão entre o CNPq e a **Capes** – ligada ao Ministério da Educação –, Pontes afirmou que a proposição foi feita pelo MEC e está em discussão. Ele disse que o presidente Jair Bolsonaro não se posicionou sobre o assunto. “Nossa posição é que o CNPq e a **Capes** se mantenham separadas. Se houvesse fusão das duas, o endereço correto (para a nova entidade) seria aqui, para manter políticas de ciência e tecnologia.”

Criados em 1951, os dois órgãos têm funções distintas. A **Capes** tem a missão de aprimorar a formação de profissionais de ensino superior. Já o CNPq se concentra em fomentar projetos de pesquisa.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Educação recebe verbas para bolsas e faculdades

Com R\$ 250 milhões liberados, CNPq garante pagamento de bolsistas até o fim do ano; Capes recebeu R\$ 600 milhões para 2020, divididos entre educação básica e superior; valores ainda estão abaixo do contingenciado

BRASÍLIA

O governo federal anunciou ontem a liberação de uma série de recursos para a educação que, somados, chegam a quase R\$ 900 milhões. Os valores, no entanto, estão abaixo do que foi contingenciado e algumas cifras divulgadas não são provenientes de novas liberações, mas de um rearranjo no orçamento.

O dinheiro será utilizado para o pagamento de bolsas já em vigor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) deste ano, para a criação de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020 e para terminar obras já iniciadas em instituições de ensino superior.

O CNPq conseguiu R\$ 250 milhões, através de negociações com o Ministério da Economia e por emendas de parlamentares, para o pagamento de bolsistas até o final do ano. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), responsável pelo conselho, afirmou que o orçamento aprovado no ano passado destinava “recursos inferiores ao que era necessário para honrar os compromissos” em 2019.

Marcos Pontes, ministro da pasta, já havia sinalizado que não conseguiria pagar os bolsistas com o orçamento que tinha. Em coletiva ontem, Pontes afirmou que o déficit deixado foi de R\$ 330 milhões. O contingenciamento, segundo dados do Siga Brasil, portal de transparência do Senado Federal, foi de 9,1 milhão no CNPq, que paga 44.250 bolsas, da iniciação científica ao doutorado.

O MCTIC afirma que tem atuado junto ao Ministério da Economia para “a maior disponibilização de recursos e descontingenciamento do orçamento do ministério”. Para o ano de 2020, o ministério afirma que a proposta de lei orçamentária “já prevê uma quantidade de recursos adequada” para que não tenha problemas com pagamentos de bolsas.

NOVOS BOLSISTAS EM 2020

Outra agência de fomento, a **Capes**, anunciou que criará mais seis mil bolsas no próximo ano após a liberação de mais R\$ 600 milhões para o órgão, aprovada por comissão da Câmara dos Deputados. Os recursos serão distribuídos de forma que R\$ 300 milhões financiem duas mil bolsas de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado, no Brasil e no exterior.

Já os outros R\$ 300 milhões atendem à solicitação do MEC para financiar 135 mil vagas para os programas de formação de professores da pasta. Entre eles estão bolsas de mestrado profissional do Proeb, bolsas de iniciação à docência (Pibid), do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além da residência pedagógica de docentes.

Os recursos ainda precisam passar por outras instâncias no Congresso, como a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). No final de setembro, a **Capes** havia anunciado que não tinha previsão para abrir novas bolsas no próximo ano.

No último descontingenciamento feito pelo governo, no mês passado, a **Capes** foi contemplada com o desbloqueio de R\$ 290 milhões. Segundo o MEC, o montante seria

utilizado para pagamento de bolsas de pesquisa. Segundo o Siga Brasil, ainda estão contingenciados R\$ 540 milhões.

OBRAS NAS UNIVERSIDADES

Além das bolsas para este ano e o próximo, as universidades federais também foram beneficiadas com R\$ 43 milhões para finalizar obras. O MEC afirmou que fez um rearranjo no orçamento atual, mas não informou de qual área foi retirado.

Deste total, R\$ 14,3 milhões serão destinados para 54 obras que já estão com 75% ou mais de execução. Já os outros R\$ 28,7 milhões terão como destino 42 intervenções que estejam com andamento inferior.

Entre as obras, estão o complexo de saúde da Universidade Federal de Lavras (UFLA), em Minas Gerais, um núcleo integrado de pesquisa e inovação tecnológica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O ensino superior está com um contingenciamento, até outubro e sem novas liberações, de R\$ 2 bilhões.

(Colaborou Raphael Kapa, do Rio)

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EU&

Com propostas e demografia a favor, é possível mudar ensino público no Brasil
Apesar da crise e da ineficácia do sistema, é possível mudar o ensino público no Brasil. Propostas existem e a demografia joga a favor

O tema educação voltou à pauta nacional. Nada a comemorar, contudo. Esse retorno deu-se em um contexto marcado por turbulências político-ideológicas, uma seca aguda de verbas, protestos nas ruas e incertezas em torno do financiamento de um quinhão expressivo da pesquisa nacional.

Considere o caso das universidades. O orçamento das instituições federais foi fixado em R\$ 54 bilhões para 2020. Desse valor, R\$ 7,9 bilhões (15%) só serão liberados se o Congresso Nacional aprovar uma verba complementar. Para isso, os parlamentares terão de autorizar a quebra da regra de ouro, mecanismo que impede o governo de contrair dívidas para pagar despesas correntes como salários e contas de luz.

Há mais. No Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2020, os recursos previstos para a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e responsável pela concessão de bolsas de mestrado e doutorado, somam R\$ 2,48 bilhões.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2019/10/18/com-propostas-e-demografia-a-favor-e-possivel-mudar-ensino-publico-no-brasil.ghtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Bolsonaro sanciona crédito de R\$ 3 bi para ministérios por votos na Previdência
Receberão as maiores fatias a Defesa, Saúde e Desenvolvimento Regional

Brasília

O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta quinta-feira (17) o texto de crédito suplementar que libera R\$ 3 bilhões para o pagamento do acordo costurado na votação da reforma da Previdência no Congresso.

O dinheiro será destinado para ministérios. Receberão as maiores fatias a Defesa (27,6%), Saúde (24,07%) e Desenvolvimento Regional (23,01%). O que sobrar vai para Agricultura, Educação e Cidadania.

O remanejamento do dinheiro foi acertado para o pagamento de emendas negociadas na votação em primeiro turno da reforma da Previdência. O governo precisou cancelar gastos em outras áreas para liberar os recursos. Quase um terço dos R\$ 3 bilhões, por exemplo, saiu do orçamento do MEC (Ministério da Educação).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/bolsonaro-sanciona-credito-de-r-3-bi-para-ministerios-por-votos-na-previdencia.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Positivo investe R\$ 290 mi em expansão

Grupo paranaense vinha negociando venda de suas escolas havia alguns anos, mas mudou de estratégia e decidiu expandir atuação e se consolidar no setor de educação básica; somente na semana passada, adquiriu três escolas por cerca de R\$ 90 milhões

Depois de diversas negociações de venda que não vingaram e de estudar a possibilidade de abrir o capital na Bolsa, a Positivo Educacional, tradicional grupo de ensino do Paraná, decidiu investir na expansão de sua rede de escolas e avançar em outros Estados. Na semana passada, comprou três escolas no interior do Paraná por cerca de R\$ 90 milhões e, agora, se prepara para investir mais R\$ 200 milhões em outras aquisições nos próximos 12 meses.

O presidente da Positivo Educacional, Lucas Guimarães, afirma que a prioridade agora é fortalecer o posicionamento no segmento de educação básica. Fontes do mercado, porém, apostam que a expansão é uma estratégia para a Positivo ganhar musculatura e conseguir um valor melhor para uma venda de sua operação mais adiante. A companhia tem seis famílias como sócias e hoje é administrada pelos filhos dos fundadores, o que tem dificultado a gestão. Mas Lucas garante que não há intenção de venda. “Se estamos investindo, adquirindo, não está na nossa cabeça sair vendendo”, afirma.

Nos últimos anos, foram várias as conversas envolvendo a venda dos colégios da Positivo. Primeiro, o grupo tentou repassar toda a rede – que inclui unidades de educação infantil, básica e uma universidade – em um pacote só. A dificuldade de encontrar um operador que se interessasse por tudo levou a Positivo a negociar os colégios separadamente, mas divergências em relação ao preço inviabilizaram essa possibilidade.

Guimarães diz que a companhia nunca esteve procurando comprador. “Por ser um grupo de sócios minoritários, sempre conversamos com investidores interessados, qualificados. Isso acabou gerando ruído.”

Segundo o consultor da área de educação Willian Klein, sócio da Hoper Educação, há hoje quase duas dezenas de grandes grupos ou fundos de investimento procurando escolas para comprar no Brasil, mas, assim como no caso da Positivo, muitos negócios não são fechados por falta de acordo no preço. Klein diz acreditar que o processo de expansão da Positivo deve durar de três a cinco anos. “Aí, se for interessante, eles podem vender (a rede).”

Segundo uma fonte que analisou a possibilidade de compra alguns anos atrás, a empresa é sólida financeiramente e tem um nível de endividamento muito baixo: “São empresários ‘old style’. Investem só com capital próprio e não têm dívidas com bancos”.

Em maio, a Positivo vendeu seu sistema de ensino para a Arco Educação por R\$ 1,65 bilhão – operação que ainda precisa do aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Guimarães afirma que o negócio fez com que o grupo desistisse do IPO (oferta inicial de ações, na sigla em inglês). “Agora não temos mais porte para entrar na Bolsa. (A decisão pela venda) veio para dar liquidez aos sócios e porque o mercado de sistemas de ensino tem menos potencial de crescimento.”

Guimarães não conta com o capital da venda do sistema de ensino para fazer a expansão de sua rede de escolar. Ele diz que tem procurado colégios cujas marcas são reconhecidas em suas regiões de atuação. A ideia é avançar no Sudeste e Centro-Oeste. “Vemos a oportunidade de agregar valor a escolas que precisam melhorar a gestão. Muitas foram fundadas por famílias nos anos 1970 e enfrentam agora problemas sucessórios”, diz o empresário, filho de Oriovisto Guimarães, fundador da Positivo Educacional e hoje senador pelo Podemos.

Oriovisto começou o grupo quando era estudante de Economia na Universidade Federal do Paraná, dando aulas particulares de matemática e física em cursinhos pré-vestibulares.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Segunda temporada

Assim como o antipetismo elegeu Bolsonaro, agora é o antibolsonarismo que cresce e poderá eleger um candidato de oposição em 2022. Acontece em qualquer democracia. Bolsonaro continua caindo nas pesquisas e, desde o início de seu governo, só perdeu eleitores, sem conquistar novos entre os que votaram na oposição. O aumento da truculência, da intolerância e da grossura do "Bolsonaro raiz" só agrada aos devotos do mito, é só para eles que fala, um terço do eleitorado. Mas esse estilo também incomoda e afasta parte de um terço dos independentes e moderados. Uma estratégia arriscada, em que a radicalização pode levar ao isolamento e a unir adversários: os antibolsonaristas são hoje um terço da população.

E se a economia melhorar, o emprego e o salário crescerem, a criminalidade cair? E se forem feitas as reformas da Previdência, a tributária, a administrativa, a eleitoral? Bolsonaro seria imbatível?

Mesmo com o desastre da educação, comandada por um ministro trapalhão, e a

constrangedora diplomacia olavista, que - mesmo depois dos choques de realidade que levou -segue tosca e provinciana, a população seria muito beneficiada, voltaria a ter esperanças. Os méritos seriam dos ministérios da Economia e da Justiça. E, no caso das reformas, do Congresso. Seria impossível não reconhecer o sucesso do governo, mesmo se presidido por um personagem detestável, autoritário e divisionista, que se move entre a ala racional-militar e a passional-familiar de seu governo e vive uma espécie de esquizofrenia filosófica: como harmonizar o espírito do liberalismo econômico com o ultraconservadorismo cultural?

Se o liberalismo empodera o cidadão e aumenta a sua liberdade pessoal, econômica e política, diminuindo a influência do Estado, com consequências positivas para toda a população, por que o mesmo governo se intrometeria na vida pessoal dos cidadãos e de suas famílias, com regras de comportamento baseadas em crenças religiosas pessoais, como um enviado de Deus num Estado laico? Feliz 2022.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

'BRASIL ESTÁ VIVENDO SOB O SIGNO DO ÓDIO'

Está sobrando até para Fernando Henrique Cardoso. Aos 88 anos, o ex-presidente entrou na mira do bolsonarismo radical. Na semana passada, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, resolveu compará-lo à Aids. O tucano não quis revidar agressão. Em entrevista, ele diz que o Brasil está vivendo "sob o signo do ódio" e precisa voltar a cultivar a tolerância. "Ainda não conseguimos entender que o outro é adversário, não inimigo", afirma.

FH lança hoje o último volume dos "Diários da Presidência". O livro relata a eleição de 2002 e a transição para a posse de Lula, seu rival histórico. Foi um processo civilizado, bem diferente do tom da política atual. O ex-presidente considera que a Lava-Jato "exagerou", mas evita criticar a prisão do petista. Numa passagem do novo livro, ele afirma que é impossível governar o país sem "botar a mão na lama".

"Há setores (do governo) que são francamente ideológicos, veem fantasmas em todo lado. É possível que o presidente às vezes seja levado por fantasmas"

Os novos diários mostram como o sr. via o Brasil de 2002. Como vê o Brasil de 2019?

Hoje nós vivemos sob o signo do ódio. Isso é ruim para o Brasil. Ainda não conseguimos entender que o outro é adversário, não inimigo. Não posso tratar o Bolsonaro como inimigo. Ele foi eleito, é o presidente da República. Eu discordo dele. Nunca o vi, nem estou pretendendo vê-lo.

Na campanha, os ânimos se acirram. Mas tem que haver um momento seguinte, em que você reduz o acirramento e busca uma convergência possível. É do jogo ganhar ou perder. O que tem que haver é lealdade com as regras. Isso não é uma coisa que tenha sido ganha no Brasil. Ainda não temos uma cultura realmente democrática.

O sr. tem sido muito atacado pelos bolsonaristas. Na semana passada, o ministro da Educação chegou a compará-lo à Aids...

A declaração dele foi tão importante que eu nem li... (Risos). Nós estamos vivendo um momento de polarização que é muito ruim. Um ministro tem que prestar mais atenção

ao que diz. Temos que baixar a bola, aceitar que existem pessoas com pensamentos diferentes.

Como avalia o governo?

É cedo para um julgamento taxativo. O governo tem muitas partes. Há setores que são francamente ideológicos, veem fantasmas em todo lado. É possível que o presidente às vezes seja levado por fantasmas. Outros setores são sensatos. Não acho que os militares sejam insensatos.

É ruim o Executivo não ter uma agenda clara para mostrar ao país. O presidente tem que explicar qual é o rumo. Hoje, quando há rumo, éo rumo ideológico.

Na ditadura, você enfia a espada e faz. Na democracia, é diferente. Minha atitude era oposta à do governo atual. Eles buscam adversários até onde os adversários não existem.

Onde essa busca pelo confronto vai parar?

Não acho positivo propor impeachments. Isso desgasta o país. No caso do Lula, eu fui contrário. No da Dilma, fui muito reticente. Não é que esteja defendendo a Dilma, o Lula ou o Bolsonaro. Estou pensando no país.

Você desgasta as instituições quando a maioria ganha, mas não leva. O vice-presidente também é eleito, mas ninguém presta atenção. É preciso ter paciência histórica. Quem está contra o Bolsonaro deve manifestar que é contra. Mas não acho que seja o caso de forçar.

A democracia está em risco?

Sempre existe risco. Como dizia Octavio Mangabeira, a democracia é uma planta tenra, que precisa ser regada sempre. Se você não cultiva a democracia e a liberdade, elas morrem. A democracia não é só o formalismo, a eleição. Éa crença num conjunto de valores e instituições. Essas instituições estão funcionando.

O Congresso existe, o Supremo está funcionando, a imprensa é livre. Os partidos estão meio arrebetados, mas existem. Temos que usar esses instrumentos para expressar opinião, não para acelerar o ritmo da História. O cara foi eleito.

E usei o que é viver num regimes em liberdade. Não é o caso atual. Você tem liberdade para concordar ou discordar do governo. Todo mundo sabe que eu não votei no Bolsonaro nem no candidato do Lula (Fernando Haddad), com quem me dou pessoalmente.

Muitos amigos seus tentaram convencê-lo a apoiar Haddad.

Muitos. Eu me dou bem com o Haddad, tenho uma boa opinião sobre ele. Mas naquele momento o PSDB estava em luta com o PT em vários estados. Como é que eu ia tomar posição a favor do PT?

O ministro Gilmar Mendes, que o sr. indicou ao STF, diz que Lula não teve direito a um julgamento justo. Concorda?

Acho que a Lava-Jato exagerou. Que tenha havido algum preconceito contra o Lula e contra o PT, é possível. As pessoas têm preconceito contra mim, contra você... Mas a Justiça julga fatos.

Já fui depor três vezes como testemunha do Lula, a pedido dos advogados dele. Ele foi condenado porque há fatos. Não gosto de ver o Lula preso, mas respeito a Justiça. Ele foi condenado em várias instâncias. Eu lamento. Historicamente, era melhor que não tivesse ocorrido. Mas ocorreu, o que eu vou fazer?

Em que a Lava-Jato exagerou?

Eles podem ter errado? Podem. Pode haver uma visão jacobina? Pode. Isso é bom? Não. Mas não podemos desmerecer a Lava-Jato. Mesmo que tenha exagerado aqui e ali, ela conseguiu prender gente rica e poderosa, o que é uma coisa difícil no Brasil.

Especialmente nos governos do PT, houve muita transigência no sentido de se usar dinheiro público, via empresas, para fins partidários. Isso é corrupção da democracia. Tão ou mais grave que a corrupção pessoal. É inaceitável.

O Supremo está julgando a prisão em segunda instância. Qual é a sua opinião?

A discussão é legítima, mas não acho que você deva deslegitimar toda a Justiça para libertar os que estão presos. Até porque não é só o Lula.

Não é uma decisão simples. Como está na Constituição (que ninguém pode ser considerado culpado sem condenação definitiva), é complicado.

Acho um exagero deixar os réus em liberdade depois de duas condenações. No Brasil, quem tem dinheiro sempre continuou recorrendo para não ser punido. Se os tribunais fossem mais céleres, esse problema não existiria.

O general Villas Bôas, ex-comandante do Exército e assessor do governo, voltou a tuitar às vésperas de um julgamento. Há uma pressão indevida sobre o STF?

A manifestação de militares da reserva é um alerta. Mas não vejo nenhum clima para uma convulsão social, como ele escreveu.

Nos novos “Diários da Presidência”, o sr. reclama que seu aliado José Serra não o defendeu na campanha.

Eu entendia as razões dele, o governo estava com baixa popularidade. Nunca cobrei atitudes de ninguém. Cada um tem um temperamento, vai fazer o quê? Nunca fui uma pessoa de melindres.

Aliás, gostei dessa expressão que o Sergio Moro usou (em mensagem revelada pelo Intercept, o ex-juiz diz que não queria melindrar FH na LavaJato). Mas não havia nada concreto que pudesse me pegar. Nunca me meti em corrupção. Não é o meu estilo.

O sr. afirma, nos diários, que é impossível governar sem “botar a mão na lama”.

Eu nunca concordei com a malandragem. Quando fui para o Senado, meus colegas da universidade diziam: “Não sei como você aguenta aquela gente lá”. Aquela gente lá é o Brasil. O Brasil tem malandro, tem esperto, tem burro, tem gente honesta. Você precisa lidar com a realidade para mudá-la. Ou você tem maioria, ou não governa.

A transição de 2002 deixou lições para a política atual?

Muitas. Foi um processo civilizado, democrático. Claro que eu queria que o Serra ganhasse. Quando o Lula foi eleito, tentei mostrar que não seria uma tragédia para o Brasil.

Mas as gravações mostram que o sr. considerava que ele não tinha preparo para o cargo.

Nunca temi que o Lula fosse fazer uma revolução. Ele não é um sujeito que quebre as instituições. Pessoalmente, o Lula é mais conservador do que eu. O que eu temia era que ele não fosse competente para fazê-las funcionar. Ele demonstrou que era competente. Eu errei na avaliação.

Lula diz que o sr. apostava no fracasso dele para voltar depois.

Nunca quis voltar ao poder. Fui presidente duas vezes, basta. Para mim e para o povo.

[topo](#)

A TRIBUNA RJ - ECONOMIA

Pagamento de bolsas do CNPq está garantido este ano, diz governo

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou hoje (17) que os recursos para o pagamento das bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) estão garantidos até o fim do ano.

Segundo a pasta, foi efetuada a suplementação à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 para pagamento das bolsas para outubro, novembro e dezembro no valor de R\$ 250 milhões. Desse total, R\$ 93 milhões serão disponibilizados por meio do Projeto de Lei (PLN) nº 41, enviado ao Congresso Nacional em 15 de outubro.

O restante, R\$ 156,9 milhões, será disponibilizado por meio de portaria que deverá ser assinada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, nos próximos dias.

Para 2020, a proposta de lei orçamentária já prevê recursos para as atividades do CNPq e o problema não deve se repetir, segundo o ministério. De acordo com a pasta, a situação deste ano ocorreu devido ao orçamento insuficiente da lei orçamentária aprovada em 2018 que destinou recursos inferiores ao que era necessário para o CNPq.

“Havia uma preocupação muito grande com o pagamento das bolsas do CNPq. São 84 mil pesquisadores desde iniciação científica até pesquisadores seniores na espera desse resultado”, disse o ministro Marcos Pontes. “Os pesquisadores podem dormir sossegados e eu também até o final do ano”.

CNPq e Capes

Marcos Pontes reiterou seu posicionamento contrário a uma eventual fusão entre o CNPq, subordinado à sua pasta, e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

“Recebemos a proposta do MEC com relação a esses estudos de junção da **Capes** com o CNPq e uma resultante ficando no MEC. É possível a convivência, como já tem sido, das duas agências, cada uma com sua tarefa e um trabalho administrativo de gestão para reduzir os custos”, afirmou Pontes. “Vamos ter uma reunião com a Educação para discutir quais serão os destinos, mas a junção das duas é extremamente improvável”.

No último dia 11, em sua conta no Twitter, Marcos Pontes afirmou que a posição do MCTIC era contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do país.

topo ↕

DE FATO - MOSSORÓ

Pagamento de bolsas do CNPq está garantido este ano

"Pesquisadores podem dormir sossegados", afirmou ministro

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou hoje (17) que os recursos para o pagamento das bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) estão garantidos até o fim do ano.

Segundo a pasta, foi efetuada a suplementação à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 para pagamento das bolsas para outubro, novembro e dezembro no valor de R\$ 250 milhões. Desse total, R\$ 93 milhões serão disponibilizados por meio do Projeto de Lei (PLN) nº 41, enviado ao Congresso Nacional em 15 de outubro.

O restante, R\$ 156,9 milhões, será disponibilizado por meio de portaria que deverá ser assinada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, nos próximos dias.

Para 2020, a proposta de lei orçamentária já prevê recursos para as atividades do CNPq e o problema não deve se repetir, segundo o ministério. De acordo com a pasta, a situação deste ano ocorreu devido ao orçamento insuficiente da lei orçamentária aprovada em 2018 que destinou recursos inferiores ao que era necessário para o CNPq.

“Havia uma preocupação muito grande com o pagamento das bolsas do CNPq. São 84 mil pesquisadores desde iniciação científica até pesquisadores seniores na espera desse resultado”, disse o ministro Marcos Pontes. “Os pesquisadores podem dormir sossegados e eu também até o final do ano”.

CNPq e Capes

Marcos Pontes reiterou seu posicionamento contrário a uma eventual fusão entre o CNPq, subordinado à sua pasta, e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

“Recebemos a proposta do MEC com relação a esses estudos de junção da **Capes** com o CNPq e uma resultante ficando no MEC. É possível a convivência, como já tem sido, das duas agências, cada uma com sua tarefa e um trabalho administrativo de gestão para

reduzir os custos”, afirmou Pontes. “Vamos ter uma reunião com a Educação para discutir quais serão os destinos, mas a junção das duas é extremamente improvável”.

No último dia 11, em sua conta no Twitter, Marcos Pontes afirmou que a posição do MCTIC era contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do país.

topo ↕

DIÁRIO DO COMERCIO – MG - ECONOMIA

Diário do Comércio forma grupo de notáveis

Investir no desenvolvimento do Estado por meio de uma comunicação eficaz e transparente. Essa será uma das contribuições do Conselho Editorial do Diário do Comércio, segundo um de seus integrantes, Teodomiro Diniz, engenheiro, empresário da construção civil e vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg).

“O papel da comunicação é fundamental quando ela é feita de forma objetiva, com conhecimento de causa”, destaca ele. “Dentro desse espírito, resolvi aceitar fazer parte do Conselho”, relata.

De acordo com o empresário, o fato de ele estar dentro do processo da indústria faz com que seja detectado no setor aquilo que é importante comunicar ao mercado e à sociedade. E, para Teodomiro Diniz, quando isso é feito observando todos os lados que precisam ser expostos, os resultados são bastante positivos.

“A comunicação sobre a questão ambiental, por exemplo, precisa ser realizada de maneira adequada, para que tudo que a envolve possa ser compreendido pela comunidade”, diz ele.

O membro do Conselho Editorial do Diário do Comércio argumenta também que é importante que todos saibam, por exemplo, o que circunda a burocracia e os problemas que ela causa, que muitas vezes não são vistos ou debatidos, como a falta de emprego.

“É importante transmitir o insight do negócio, deixar tudo muito transparente para que a comunidade possa fazer as suas avaliações de maneira adequada, não recebendo apenas um input único”, pontua Teodomiro Diniz.

Também membro do Conselho Editorial, Lindolfo Paoliello, consultor em comunicação social, jornalista, ex-Fiat e professor associado da Fundação Dom Cabral (FDC), afirma que o núcleo vai contribuir para o desenvolvimento do Estado agindo para que o Diário do Comércio inove, ainda que permanecendo como é.

“Ou seja, para que ele adote novas posturas, somando medidas criativas, contemporâneas, de conteúdo jornalístico e de tecnologia, mas que, no fundo, ele preserve aquilo que sempre foi a sua missão, que é a de José Costa: um inarredável compromisso com os interesses do Estado”, diz.

Gargalos – Quando o assunto são os gargalos em Minas Gerais e como o Diário do Comércio pode contribuir para eliminá-los, Teodomiro Diniz lembra as dificuldades que o Estado tem apresentado na questão do orçamento e para bancar os débitos obrigatórios da folha.

“Isso precisa ser equacionado. Na hora de cortar privilégios, por exemplo, é importante que saibam que a medida é justificada. A comunicação de assuntos como esse deve ser feita com clareza”, avalia.

Lindolfo Paoliello acrescenta que “sendo o Diário do Comércio um jornal de economia, ele deverá permanecer e incrementar sua postura que é visível desde a primeira página do jornal: uma atitude positiva de informações construtivas sobre a economia do Estado”, avalia o membro do Conselho Editorial do DC.

De acordo com o profissional, é importante informar, por exemplo, sobre “os investimentos que chegam para Minas, as medidas governamentais objetivando o desenvolvimento do Estado, iniciativas das empresas que atuam em Minas e que vão gerar o crescimento da economia do Estado, entre outras medidas”.

Por fim, Lindolfo Paoliello conclui que o Conselho Editorial do Diário do Comércio deve contribuir para que o jornal tenha condições de permanecer independente, autônomo e compromissado em oferecer um conteúdo construtivo com vistas ao desenvolvimento de Minas Gerais.

“Os temas devem ser debatidos com profundidade e não de forma sensacionalista, sem viés político-partidário”, acrescenta Teodomiro Diniz.

Membros – Também participam do Conselho Editorial: Luiz Carlos Costa, Alberto Portugal, Luiz Henrique Michalick, Helena Neiva, Mônica Cordeiro, Claudio Moura Castro e Adriana Machado.

Conselho Consultivo

Luiz Carlos Costa

Jornalista, Diretor Emérito da Associação Comercial de Minas. Preside o Conselho Consultivo do jornal.

Enio Coradi

Conselheiro Independente de Sociedades; Consultor Especialista em Empresas Familiares; Coordenador do Capítulo Minas Gerais do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC e membro de Conselhos Consultivos e Fiscais de empresas

Tiago Fantini

Conselheiro certificado pelo IBGC; Conselheiro certificado pela FDC; Conselheiro Independente de Sociedades; Doutor em Direito Privado pela PUC-MG; Professor Universitário; Consultor Jurídico, Conselheiro fiscal da Fundação Renova, BDMG, entre outros.

Antonieta Rossi

Counseling; orientação de carreira; elaboração de modelo de negócios individual e

empreendedorismo.
Conselho Editorial

Luiz Carlos Costa

Jornalista, Diretor Emérito da Associação Comercial de Minas. Preside o Conselho Consultivo do jornal.

Teodomiro Diniz

Engenheiro, empresário da construção civil e vice-presidente da Fiemg.

Alberto Portugal

Engenheiro agrônomo, ex-presidente da Embrapa, ex-Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais. Trajetória profissional ligada à inovação.

Luiz Henrique Michalick

Jornalista, ex-superintendente de Comunicação da Cemig. Atualmente é consultor em Comunicação Empresarial por intermédio da Luhmi Comunicação Objetiva, empresa da qual é proprietário/dirigente.

Helena Neiva

Presidente da Fundação Pitágoras.

Mônica Cordeiro

Ex-superintendente da Cemig, ex-diretora presidente do Indi, ex-diretora da ACMinas e coordenadora do Projeto Internacionaliza BH, atualmente coordenadora do capítulo Minas Gerais do IBGC.

Lindolfo Paoliello

Jornalista, ex-Fiat, ex-assessor da presidência da FDC, professor associado da FDC, ex-presidente da ACMinas e consultor em comunicação social.

Claudio Moura Castro

Economista, professor, trabalhou no Banco Mundial e no Banco Interamericano de Desenvolvimento, presidiu a **Capes**, foi secretário-executivo do Centro Nacional de Recursos Humanos e técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Presidiu o Conselho Consultivo da Faculdade Pitágoras. Diretor pedagógico da EduQualis.

Adriana Machado

Presidente e Diretora de Inspiração da Tom Comunicação. Publicitária formada pela PUC-MG e mestre em Mercadologia e Administração Estratégica pela UFMG.

Presidente da Abap Minas (Associação Brasileira de Agências de Publicidade de Minas Gerais) e Conselheira do Conselho de Ética do Conar.

topo ↕

FOLHA DE LONDRINA - PR - GERAL

UEM dá passo para internacionalização

Instituição passa a integrar o Laboratório de Internacionalização do Conselho Americano de Educação e se prepara para parcerias com unidades estrangeiras

A convite da **Capes** (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e da Comissão Fulbright Brasil, organização internacional vinculada aos governos do Brasil e dos Estados Unidos, a UEM (Universidade Estadual de Maringá) começou a integrar o Laboratório de Internacionalização do Conselho Americano de Educação. Trata-se de um passo para implementar um programa que abrange iniciativas para tornar a universidade internacional.

A internacionalização envolve parcerias com instituições de ensino estrangeiras. A proposta é recente. No ano passado, a **Capes** estabeleceu uma nova política para projetos de financiamento de estudos em parcerias com instituições de fora do País. Os convênios de pós-graduação, antes oferecidos a cursos específicos, poderão contemplar a universidade toda. A própria instituição pode se preparar para ser internacional, mostrando planos estratégicos e distribuindo as vagas em editais internos.

No começo de outubro, a UEM recebeu o First UEM International Meeting (1º Encontro Internacional da UEM) para debater o processo de internacionalização das universidades brasileiras. Sandra Schiavi, assessora do ECI (Escritório de Cooperação Internacional) da UEM, explica que o projeto do Laboratório do Conselho Americano oferece a possibilidade de desenvolvimento de um plano de internacionalização estruturado. Caberá ao Conselho Americano de Educação a consultoria e assistência à UEM ao longo de 18 meses para construir o plano.

“Isso vai envolver viagens nossas para lá, visitas deles aqui. É um trabalho de consultoria em planejamento estratégico para a internacionalização. A UEM tem o mérito de ter sido selecionada para fazer parte dessa formação com o financiamento da **Capes**”, afirma. A **Capes** é o órgão vinculado ao MEC (Ministério da Educação) que responde por programas de pós-graduação em nível nacional.

A UEM é a terceira universidade do País a integrar o laboratório de internacionalização, junto com a UFG (Universidade Federal de Goiás) e a UFPA (Universidade Federal do Pará). “A UEM é a única estadual e o nosso modelo poderá ser apresentado para outras estaduais”, complementa. Para a seleção, a **Capes** utilizou os critérios de “potencial de internacionalização” e “empenho da pesquisa em pós-graduação”, conforme Schiavi.

Internacionalizar uma universidade significa não apenas a mobilidade acadêmica, como a ida e vinda de estudantes e professores, mas parcerias por meio da internet. “Quando, por exemplo, um professor apresenta uma palestra por meio de webconferência, ele traz a realidade do país dele, discute a metodologia de pesquisa e de ensino que ele adota lá ou apresenta uma forma diferente, uma dinâmica diferente de ensinar. Coloca a comunidade acadêmica em contato com coisas que acontecem lá fora. Posso internacionalizar alunos que nunca saíram da minha universidade”, explica.

Nisso está o grande potencial das universidades brasileiras: internacionalizar em casa,

conforme conta a assessora. Quando uma pesquisa, como um artigo científico, é feito com a colaboração de acadêmicos estrangeiros, isso possibilita ampliar visões de mundo. "Elas terão que aprender a pensar diferente e ver como os problemas do mundo são levados para aquela pesquisa, não apenas o problema de sua região. Aprendem a discutir aquele problema de maneira diferente. Expande a formação do aluno para uma formação de cidadão do mundo sem que ele precise viajar. São esses aspectos que vamos viver como comunidade nos próximos 18 meses", conta.

A internacionalização da UEM já acontece de maneira pontual, com programas de pesquisa. A universidade tem acordos formais de cooperação internacional (vigentes ou em negociação) com 156 universidades em 34 países diferentes. Com o plano estratégico, a ideia é que cada curso desenvolva objetivos alinhados à estratégia da instituição.

UEL

A UEL (Universidade Estadual de Londrina) também trabalha com planos institucionais para a internacionalização. A instituição tem 128 acordos internacionais, com 70 universidades de 28 países. Segundo Fábio Pitta, assessor de relações internacionais da UEL, esses acordos poucas vezes envolvem contrapartida financeira como bolsas de estudo. O benefício é que isentam de taxas. "É natural que o aluno que venha estudar aqui não tenha taxa porque a universidade é gratuita, mas no exterior a maioria tem taxas altíssimas", ressalta.

A UEL publica dois editais por ano ofertando vagas, e os interessados passam por processo de seleção. Os acordos internacionais possibilitam a mobilidade de estudantes e professores e pesquisas conjuntas. Segundo Pitta, a UEL tem centenas de colaborações científicas publicadas com estrangeiros. "Também consideramos internacionalizar nossa própria casa. Existem iniciativas dentro da UEL para torná-la internacional dentro do nosso quintal, como receber os estrangeiros e atividades sociais. Passa muito pela oferta de cursos de línguas, pois prepara os indivíduos para essa experiência internacional."

topo 

O ESTADO DO MARANHÃO - MA - GERAL

Pagamento de bolsas do CNPq está garantido este ano, diz governo

"Pesquisadores podem dormir sossegados", afirmou ministro Marcos Pontes; serão pagas as bolsas de outubro, novembro e dezembro no valor de R\$ 250 milhões

BRASÍLIA - O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou ontem, 17, que os recursos para o pagamento das bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) estão garantidos até o fim do ano.

Segundo a pasta, foi efetuada a suplementação à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 para pagamento das bolsas para outubro, novembro e dezembro no valor de R\$ 250 milhões. Desse total, R\$ 93 milhões serão disponibilizados por meio do Projeto de Lei (PLN) nº 41, enviado ao Congresso Nacional em 15 de outubro.

O restante, R\$ 156,9 milhões, será disponibilizado por meio de portaria que deverá ser assinada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, nos próximos dias.

[O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, toma café da manhã com jornalistas e anuncia o início da 16ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT)]

Ministro de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes: “Os pesquisadores podem dormir sossegados e eu também até o final do ano” - José Cruz/Agência Brasil

Para 2020, a proposta de lei orçamentária já prevê recursos para as atividades do CNPq e o problema não deve se repetir, segundo o ministério. De acordo com a pasta, a situação deste ano ocorreu devido ao orçamento insuficiente da lei orçamentária aprovada em 2018 que destinou recursos inferiores ao que era necessário para o CNPq.

“Havia uma preocupação muito grande com o pagamento das bolsas do CNPq. São 84 mil pesquisadores desde iniciação científica até pesquisadores seniores na espera desse resultado”, disse o ministro Marcos Pontes. “Os pesquisadores podem dormir sossegados e eu também até o final do ano”.

CNPq e Capes

Marcos Pontes reiterou seu posicionamento contrário a uma eventual fusão entre o CNPq, subordinado à sua pasta, e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

“Recebemos a proposta do MEC com relação a esses estudos de junção da **Capes** com o CNPq e uma resultante ficando no MEC. É possível a convivência, como já tem sido, das duas agências, cada uma com sua tarefa e um trabalho administrativo de gestão para reduzir os custos”, afirmou Pontes. “Vamos ter uma reunião com a Educação para discutir quais serão os destinos, mas a junção das duas é extremamente improvável”.

No último dia 11, em sua conta no Twitter, Marcos Pontes afirmou que a posição do MCTIC era contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do país.

[topo](#)

TRIBUNA DA BAHIA - BA - CIDADE

Pagamento de bolsas do CNPq está garantido este ano, diz governo

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou hoje (17) que os recursos para o pagamento das bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) estão garantidos até o fim do ano.

Segundo a pasta, foi efetuada a suplementação à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 para pagamento das bolsas para outubro, novembro e dezembro no valor de R\$ 250 milhões. Desse total, R\$ 93 milhões serão disponibilizados por meio do Projeto de Lei (PLN) nº 41, enviado ao Congresso Nacional em 15 de outubro.

O restante, R\$ 156,9 milhões, será disponibilizado por meio de portaria que deverá ser assinada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, nos próximos dias.

Para 2020, a proposta de lei orçamentária já prevê recursos para as atividades do CNPq e o problema não deve se repetir, segundo o ministério. De acordo com a pasta, a

situação deste ano ocorreu devido ao orçamento insuficiente da lei orçamentária aprovada em 2018 que destinou recursos inferiores ao que era necessário para o CNPq.

"Havia uma preocupação muito grande com o pagamento das bolsas do CNPq. São 84 mil pesquisadores desde iniciação científica até pesquisadores seniores na espera desse resultado", disse o ministro Marcos Pontes. "Os pesquisadores podem dormir sossegados e eu também até o final do ano".

Marcos Pontes reiterou seu posicionamento contrário a uma eventual fusão entre o CNPq, subordinado à sua pasta, e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

"Recebemos a proposta do MEC com relação a esses estudos de junção da **Capes** com o CNPq e uma resultante ficando no MEC. É possível a convivência, como já tem sido, das duas agências, cada uma com sua tarefa e um trabalho administrativo de gestão para reduzir os custos", afirmou Pontes. "Vamos ter uma reunião com a Educação para discutir quais serão os destinos, mas a junção das duas é extremamente improvável".

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Uma fusão improvável

O Ministério da Economia quer desvincular o pagamento das bolsas do CNPq do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e transferir os recursos para o BNDES

O governo do presidente Jair Bolsonaro voltou a deixar a comunidade científica e os meios acadêmicos perplexos. Desta vez, o motivo foi o anúncio de que o Ministério da Economia está estudando, como estratégia para reduzir custos, a fusão da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os dois órgãos foram criados em 1951 com funções distintas, mas complementares. Além disso, o Ministério da Economia quer desvincular o pagamento das bolsas do CNPq do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e transferir os recursos para o BNDES. Atualmente esses recursos são geridos pela Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep).

Vinculada ao Ministério da Educação (MEC), desde sua origem a **Capes** tem a atribuição de aprimorar a formação dos professores universitários, estimulando a expansão da pós-graduação e avaliando a qualidade dos cursos oferecidos. Além de conceder bolsas para doutorado no País e no exterior e de financiar seminários e simpósios acadêmicos, ela ajuda na qualificação do ensino básico e baliza a expansão do ensino a distância no País. Periodicamente, a **Capes** divulga um ranking de qualidade das universidades brasileiras.

Já o CNPq tem por atribuição estimular o desenvolvimento científico e tecnológico, financiando não apenas as universidades, mas, igualmente, institutos de pesquisa. Vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a agência também patrocina eventos, concede bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado e financia projetos complexos e sofisticados.

Um deles é o projeto Sirius, que exigiu a construção de um laboratório de luz síncrotron de 4.^a geração, que tem um equipamento do tamanho de um estádio de futebol e é o

mais caro e sofisticado da ciência brasileira. Quando estiver concluído, em 2020, os pesquisadores poderão analisar diferentes materiais em escalas de átomos e moléculas, o que pode revolucionar a pesquisa brasileira e mundial em áreas essenciais, como saúde, agricultura e exploração de gás e de petróleo. Atualmente, existe somente um laboratório de 4.^a geração de luz síncrotron em todo o mundo, instalado na Suécia. Com toda a obra civil já concluída e aguardando testes no principal acelerador de partículas, o laboratório do projeto Sirius está instalado em Campinas, é a maior estrutura científica do País e prevê, a partir do momento em que estiver funcionando, pelo menos 13 linhas de pesquisas.

Como a proposta do Ministério da Economia foi feita com base em critérios exclusivamente financeiros, e por técnicos que não conhecem os campos de atuação da **Capes** e do CNPq, as entidades da área estão criticando duramente o ministro Paulo Guedes. “A fusão traria confusão para um sistema que trabalha de forma harmônica desde a década de 1950”, afirma o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Castro Moreira. Em nota, 13 instituições acadêmicas e de pesquisa – como a Academia Brasileira de Ciências, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior e a própria SBPC – afirmaram que a proposta do Ministério da Economia é “equivocada em todos os sentidos”. Entre outros motivos, porque não apenas desfigura um sistema consolidado que funciona bem, como desestrutura os mecanismos de financiamento do setor. O MCTIC se opôs à fusão da **Capes** com o CNPq, alegando que ela é “prejudicial ao País”. Mas o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a defende, sugerindo que Bolsonaro a implemente o mais rapidamente possível, por meio de Medida Provisória.

Que a crise fiscal do País é grave, isso não é novidade. Contudo, nada justifica que, para enfrentá-la, o governo aja com base em critérios exclusivamente econômicos, desorganizando áreas essenciais do Estado brasileiro.

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Com propostas e demografia a favor, é possível mudar ensino público no Brasil Apesar da crise e da ineficácia do sistema, é possível mudar o ensino público no Brasil. Propostas existem e a demografia joga a favor

No Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2020, os recursos previstos para a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e responsável pela concessão de bolsas de mestrado e doutorado, somam R\$ 2,48 bilhões.

topo ↕

CARTA CAPITAL - SP - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Contra o obscurantismo, 4,5 milhões se unem para salvar a educação Acadêmicos, pesquisadores, estudantes e apoiadores mobilizam-se em mais de uma centena de campanhas em defesa da educação no Brasil

O termo “obscurantismo” é definido no dicionário Michaelis como “estado do que se encontra na escuridão; estado de completa ignorância; oposição política ou religiosa a todo o progresso intelectual ou material entre as massas”.

Em tempos de debate sobre terraplanismo (11 milhões de brasileiros acreditam que a Terra é plana, segundo o Datafolha), não por acaso a palavra “obscurantismo” foi utilizada inúmeras vezes pelos participantes de uma audiência pública realizada na Câmara dos Deputados na última terça-feira 15, Dia do Professor.

Organizada pelo deputado João Carlos Bacelar (Podemos-BA), a comissão geral reuniu professores, reitores e membros de entidades estudantis, acadêmicas e de pesquisa em um debate em defesa das universidades, institutos federais e dos dois maiores órgãos de fomento à pesquisa do Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Do evento, participaram representantes das duas maiores campanhas pela educação criadas neste ano na plataforma de abaixo-assinados online Change.org. A maior delas, que reúne 1,6 milhão de pessoas contra o contingenciamento de verbas nas universidades federais, foi lançada pelo professor de filosofia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Daniel Tourinho Peres. A segunda com mais engajamento foi feita pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e mobiliza 996 mil apoiadores em defesa do CNPq.

No total, somente em 2019, foram abertas 105 petições na plataforma com o tema da educação, reunindo um total de 4,5 milhões de pessoas – mais do que a população do Panamá. A forte mobilização pela causa decorre de um “desmonte” nas políticas públicas educacionais, como definiu o deputado Bacelar.

“Um dos pilares que sustenta a sociedade no Brasil está abalado”, disse. “A situação do CNPq, das universidades e da educação básica é dramática, complicada, e eles precisam de mobilização da sociedade para continuarem a existir”, completou. Segundo ele, o país está sendo empurrado para o mais profundo obscurantismo.

Professor de filosofia há 25 anos, o autor do abaixo-assinado em defesa das universidades públicas participou do debate e também demonstrou preocupação com os recorrentes ataques ideológicos e políticos que as instituições vêm sofrendo em todo o país.

“Foi a nossa universidade que transformou o Brasil num país moderno. A nossa universidade é filha do liberalismo político. Nela, o que há é pluralidade de ideias, e nessa medida ela não deve conhecer fronteiras partidárias, a fronteira que ela reconhece e que ela firma é contra o fascismo, o obscurantismo e o totalitarismo”, desabafou Daniel Tourinho Peres.

Desde o começo do ano, o Ministério da Educação (MEC) teve R\$ 6,1 bilhões de seus recursos congelados. No final de setembro, o governo federal descontingenciou R\$ 1,99 bilhão desse valor, porém, as universidades federais ainda permanecem com o bloqueio de 15% nas verbas destinadas para despesas básicas, como pagamentos de contas de água e luz.

No caso do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), ao qual está ligado o CNPq, o contingenciamento foi da ordem de R\$ 2,13 bilhões, agravando ainda mais o estado do conselho, que, neste ano, enfrenta um déficit de R\$ 330 milhões no orçamento.

O professor João Carlos Salles, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitor da UFBA, aproveitou seus

cinco minutos de fala no debate para deixar um alerta aos deputados federais.

“O parlamento deve ver o perigo presentes nas atuais ameaças à universidade”, disse. “A universidade pública não é um projeto falido. Falida estará, sim, a sociedade que prefira a ignorância ao conhecimento, que renuncie a ciências e a cultura em favor do preconceito e do obscurantismo”, finalizou.

Aparelhamento político e ideológico

Enquanto o presidente Jair Bolsonaro costuma atacar seus opositores acusando-os de ideologização quando estes apresentam informações que o contrariam ou questionem medidas de seu governo, os debatedores da audiência denunciaram como os órgãos públicos ligados à educação têm sido utilizados como ferramenta de aparelhamento político e ideológico por parte do próprio governo federal, com a constante troca de pessoas em cargos-chave de secretarias e autarquias e a intervenção direta na nomeação de reitores das universidades federais.

“Acima de todos esse problemas, sem dúvida o problema maior é a transformação do MEC como ferramenta ideológica”, comentou o deputado Bacelar. “O governo cria uma crise como nunca antes vista e jogou em descrédito uma das pastas mais importantes, o MEC”.

O reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Reinaldo Centoducatte, também abordou chamou de “irresponsabilidade” o tratamento da educação a partir de uma conjuntura de disputa política e ideológica.

“É uma irresponsabilidade que não mede as consequências. Construir é difícil, destruir é fácil e reconstruir é mais difícil ainda”, falou sobre o que chama de processo de desestruturação e desmonte das instituições de ensino.

“Vivemos nesse país um ataque às nossas instituições, num processo de estrangulamento utilizado para uma luta política e ideológica. Não podemos admitir. Isso tem que ser repudiado e questionado por toda a sociedade brasileira”, protestou o reitor da UFES.

Nos ajude a resistir e impedir que uma política de desmonte e destruição das nossas instituições consiga avançar mais do que já avançou. Queremos participar de um projeto que entenda a educação como política de Estado”, finalizou Reinaldo Centoducatte.

Outra pauta levantada pelos convidados durante a comissão geral foi a contradição existente na “decisão política” do governo de cortar recursos da educação para fins de ajuste fiscal quando justamente em momentos de crise é que o investimento em educação, ciência, pesquisa e tecnologia deveria ser resguardado, conforme opinou a deputada Tabata Amaral (PDT-SP).

A declaração da parlamentar encontrou respaldo nas falas de outros deputados, professores e representantes de entidades de pesquisa, que apresentaram inúmeros exemplos de como as pesquisas realizadas nas universidades geram impactos socioeconômicos no país.

“Onde nós vamos chegar?”, questionou a professora Helena Nader, membro titular da

Academia Brasileira de Ciências (ABC) e ex-presidente da SBPC, Helena Nader, durante a audiência que se estendeu por mais de 4 horas.

“Sem ciência a nossa economia já teria desaparecido”, falou a professora. Já nas palavras da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), se o Brasil prosseguir com a “lamentável” visão de afastar o desenvolvimento científico e tecnológico de suas prioridades, ele será reduzido a uma “colônia de quinta categoria”.

Devido aos bloqueios de verbas no MEC, a **Capes** cortou mais de 11 mil bolsas neste ano. Deste total, mais de 3 mil foram reativadas em setembro e 679 no começo deste mês. O CNPq, por sua vez, suspendeu a concessão de novos benefícios para pesquisadores e precisou remanejar R\$ 82 milhões para o pagamento de setembro das bolsas existentes.

Após pedir uma verba suplementar ao Ministério da Economia, o Ministério da Ciência e Tecnologia conseguiu até agora a liberação de apenas parte do dinheiro bloqueado. Sob contrariedade de acadêmicos, pesquisadores e estudantes, o governo estuda a fusão da **Capes** e do CNPq.

O posicionamento do governo

A audiência da comissão geral foi realizada no plenário da Câmara dos Deputados (Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados)

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, não compareceu à audiência pública. Em seu lugar, como representante do MEC, participou o coordenador-geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino, Tomás Dias Sant’Ana.

O representante do ministério informou que os cortes orçamentários caíram de 30% para 15% e que a pasta vai atuar para descontingenciar mais verba. Sant’Ana também defendeu o programa Future-se, que foi fortemente criticado pelos participantes do evento. Ele ressaltou que o projeto ficou aberto para consulta e será enviado para debate do Congresso.

O presidente da **Capes**, **Anderson Ribeiro Correia**, também esteve no debate e ressaltou que o pagamento das bolsas da instituição está garantido até o final do ano. Correia também informou que no próximo mês a coordenação deve ter mais recursos desbloqueados.

topo ↕

CINFORM - SE - TEMPO REAL

Pagamento de bolsas do CNPq está garantido este ano, diz governo

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, toma café da manhã com jornalistas e anuncia o início da 16ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) “Pesquisadores podem dormir sossegados”, afirmou ministro

Repórter da Agência Brasil Brasília

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou hoje (17) que os recursos para o pagamento das bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) estão garantidos até o fim do ano.

Segundo a pasta, foi efetuada a suplementação à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 para pagamento das bolsas para outubro, novembro e dezembro no valor de R\$ 250 milhões. Desse total, R\$ 93 milhões serão disponibilizados por meio do Projeto de Lei (PLN) nº 41, enviado ao Congresso Nacional em 15 de outubro.

O restante, R\$ 156,9 milhões, será disponibilizado por meio de portaria que deverá ser assinada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, nos próximos dias.

Para 2020, a proposta de lei orçamentária já prevê recursos para as atividades do CNPq e o problema não deve se repetir, segundo o ministério. De acordo com a pasta, a situação deste ano ocorreu devido ao orçamento insuficiente da lei orçamentária aprovada em 2018 que destinou recursos inferiores ao que era necessário para o CNPq.

“Havia uma preocupação muito grande com o pagamento das bolsas do CNPq. São 84 mil pesquisadores desde iniciação científica até pesquisadores seniores na espera desse resultado”, disse o ministro Marcos Pontes. “Os pesquisadores podem dormir sossegados e eu também até o final do ano”.

CNPq e Capes

Marcos Pontes reiterou seu posicionamento contrário a uma eventual fusão entre o CNPq, subordinado à sua pasta, e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

“Recebemos a proposta do MEC com relação a esses estudos de junção da **Capes** com o CNPq e uma resultante ficando no MEC. É possível a convivência, como já tem sido, das duas agências, cada uma com sua tarefa e um trabalho administrativo de gestão para reduzir os custos”, afirmou Pontes. “Vamos ter uma reunião com a Educação para discutir quais serão os destinos, mas a junção das duas é extremamente improvável”.

No último dia 11, em sua conta no Twitter, Marcos Pontes afirmou que a posição do MCTIC era contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do país. Edição: Lílian Beraldo

[topo](#)

FALA GUARULHOS - TEMPO REAL

Brasileiros lideram ranking de estrangeiros com bolsas de pesquisa do governo português

Os italianos aparecem em segundo lugar no ranking dos estrangeiros, recebendo 26 bolsas. Em seguida estão os iranianos, com dez bolsas, e espanhóis, com...

Os italianos aparecem em segundo lugar no ranking dos estrangeiros, recebendo 26 bolsas. Em seguida estão os iranianos, com dez bolsas, e espanhóis, com oito.

O número de brasileiros aprovados em concursos da FCT vem em crescimento desde 2016, quando apenas três receberam bolsas. A subida coincide com os períodos mais recentes em que os investimentos para pesquisa científica no Brasil sofreram alterações.

“Esse momento que o Brasil está vivendo é bastante delicado. Esses cortes têm o objetivo de sucatear mesmo. Claro que se intensificou nesse governo, mas não é novo. A gente tem acompanhado isso pelo menos nos três últimos anos. Quando Temer

assumiu, já tinha a proposta desse contingenciamento. O governo Bolsonaro aumentou ainda mais”, analisa Fernanda Campos, doutora em Educação, para a Sputnik Brasil.

Fuga de cérebros

Os últimos cortes do governo brasileiro para as verbas da educação atingem a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, que já perdeu cerca de 12 mil bolsas ao longo de 2019, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que corre o risco de ver seus 80 mil bolsistas sem recursos financeiros nos próximos meses.

“É bastante preocupante, porque para os projetos de desenvolvimento tecnológico no Brasil, é a universidade que dá conta disso, em várias áreas. As empresas não ocupam esse lugar, também não existem tantas parcerias entre empresas e universidades, então o lugar das cabeças pensantes está ali e estão querendo cortar. É bastante delicado para o momento presente, mas para o futuro também”, diz Fernanda Campos.

Com um cenário de incertezas, o exterior acaba se tornando cada vez mais atrativo. A chamada “fuga de cérebros” caracteriza o movimento de saída de pesquisadores do Brasil para outros países, que vão “motivados por uma preocupação, ou uma vontade de continuar esses estudos, e procurando uma segurança no ambiente acadêmico”, avalia a docente.

Portugal não esconde que quer atrair e segurar mão de obra qualificada. O número de bolsas oferecidas pela FCT cresceu 87% nos últimos quatro anos e o recurso atual da instituição, no valor de 616 milhões de euros (mais de 2,8 bilhões reais), são 11% maior do que o do ano passado.

“Os concursos da FCT são muito competitivos. Quem tem as bolsas são os melhores. É muito importante criarmos condições para que bons estudantes brasileiros possam encontrar em Portugal também as condições para poderem estudar. Muitos vinham tradicionalmente com financiamento brasileiro, que é mais raro neste momento devido às prioridades do governo, mas nós continuamos abertos”, diz à Sputnik Brasil o ministro da Educação português, Tiago Brandão Rodrigues.

O ministro considera que estudantes estrangeiros em geral “são absolutamente fundamentais” para o país.

“Temos que continuar a dar resposta positiva, até para aqueles brasileiros que vêm por curtos períodos, em intercâmbios, ou para fazer parte dos seus doutorados. Continuamos a trabalhar para diversificar nossas ofertas e darmos condições, como já fazemos, até para que quem faz o vestibular no Brasil possa também ter acesso ao ensino superior aqui em Portugal”, completa o ministro.

Planejamento

A docente Fernanda Campos acredita que as facilidades de uma mudança para Portugal tornam o país atrativo. “Os vários acordos existentes entre Brasil e Portugal favorecem. Seja em termos de saúde, tem também a língua, e os próprios acordos acadêmicos. Cursos com notas 6 e 7 da **CAPES** são considerados de excelência, têm reconhecimento de diplomas praticamente automático em Portugal.”

Fernanda avalia que o aumento nas políticas de estímulo ao desenvolvimento científico em Portugal nos últimos anos é real, mas recomenda cautela e planejamento.

“Quando voltam para o Brasil, para reconhecer um diploma português lá é mais difícil. Aqui em Portugal existem bem menos universidades e também são bem menos vagas, então quando abre um concurso público é muito concorrido. Há muita gente que tem doutorado e está trabalhando em outras áreas, se virando, porque não consegue emprego. Se eu puder dar um conselho é: viva o ambiente acadêmico, porque isso é o que vai abrir portas que são muito concorridas.”

Para concorrer a uma bolsa de doutorado pela FCT, o candidato já precisa morar em Portugal com título de residência emitido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e estar matriculado em um curso de doutorado no país. Os concursos costumam abrir entre os meses de fevereiro e março, com resultados publicados logo antes do início do ano letivo nacional, que ocorre em setembro.

Fonte Sputnik

topo ↕

FAROL DE NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Investimento aprovado pela Comissão da Câmara formará 135 mil novos professores no Brasil

Nesta quarta-feira (16), a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020.

Para o Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

Já a segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas sejam aprovadas por deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

topo ↕

JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL

Pagamento de bolsas do CNPq está garantido este ano, diz governo

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou hoje (17) que os recursos para o pagamento das bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) estão garantidos até o fim do ano.

Segundo a pasta, foi efetuada a suplementação à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 para pagamento das bolsas para outubro, novembro e dezembro no valor de R\$ 250 milhões. Desse total, R\$ 93 milhões serão disponibilizados por meio do Projeto de Lei (PLN) nº 41, enviado ao Congresso Nacional em 15 de outubro.

O restante, R\$ 156,9 milhões, será disponibilizado por meio de portaria que deverá ser assinada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, nos próximos dias.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, toma café da manhã com jornalistas e anuncia o início da 16ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT)

Ministro de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes: “Os pesquisadores podem dormir sossegados e eu também até o final do ano” – José Cruz/Agência Brasil

Para 2020, a proposta de lei orçamentária já prevê recursos para as atividades do CNPq e o problema não deve se repetir, segundo o ministério. De acordo com a pasta, a situação deste ano ocorreu devido ao orçamento insuficiente da lei orçamentária aprovada em 2018 que destinou recursos inferiores ao que era necessário para o CNPq.

“Havia uma preocupação muito grande com o pagamento das bolsas do CNPq. São 84 mil pesquisadores desde iniciação científica até pesquisadores seniores na espera desse resultado”, disse o ministro Marcos Pontes. “Os pesquisadores podem dormir sossegados e eu também até o final do ano”.

CNPq e Capes

Marcos Pontes reiterou seu posicionamento contrário a uma eventual fusão entre o CNPq, subordinado à sua pasta, e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

“Recebemos a proposta do MEC com relação a esses estudos de junção da **Capes** com o CNPq e uma resultante ficando no MEC. É possível a convivência, como já tem sido, das duas agências, cada uma com sua tarefa e um trabalho administrativo de gestão para reduzir os custos”, afirmou Pontes. “Vamos ter uma reunião com a Educação para discutir quais serão os destinos, mas a junção das duas é extremamente improvável”.

No último dia 11, em sua conta no Twitter, Marcos Pontes afirmou que a posição do MCTIC era contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do país.

topo ↕

LEIA JÁ - NOTÍCIAS

Câmara aprova R\$ 600 milhões para programas da Capes

A verba será dividida entre programas voltados à formação de docentes da educação básica e estudantes de mestrado, doutorado e pós-doutorado

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou mais R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. Os recursos devem garantir a criação de 6 mil novas bolsas de pós-graduação e pesquisa, além de 135 mil vagas para programas de formação de professores.

Duas emendas foram analisadas durante a sessão desta quarta-feira (16). A primeira é

voltada para educação básica e direciona R\$ 300 milhões para manutenção de todos os editais dos programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB); Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid); Residência Pedagógica; Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além da criação de novos programas.

A segunda emenda destina os outros R\$ 300 milhões para a pós-graduação, devendo assegurar a criação de novas bolsas, distribuídas entre mestrado, doutorado e pós-doutorado no Brasil e no exterior. As propostas agora seguem para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) do Congresso Nacional, composta por deputados e senadores.

topo ↕

MIDIAMAX - TEMPO REAL

Professor britânico aborda nanopartículas e meio ambiente em palestra na UFMS
Nanopartículas e meio ambiente são os temas das palestras que o professor Ian Colbeck, da Escola de Ciências da Vida da Universidade de Essex, no Reino Unido, ministra na UFMS na próxima semana.

A visita, que ocorre entre 21 e 25 de outubro, integra as ações desenvolvidas pelo projeto “Desenvolvimento de nanomateriais para indução de processos oxidativos: aplicações de interesses ambientais, energéticos e da saúde”, financiado pelo Programa Institucional de Internacionalização (PrInt) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), autarquia vinculada ao Ministério da Educação. O intuito é discutir os resultados recentes das pesquisas e planejar ações junto aos pesquisadores do projeto.

Colbeck tem se dedicado ao estudo de propriedades fisicoquímicas de aerossóis, nanopartículas no ambiente, poluição ambiental e bioaerossóis, além de ser membro da Royal Meteorological Society e Institute of Physics.

No dia 24, às 14h, o professor apresenta o seminário “Propriedades fisicoquímicas de aerossol e seu impacto no meio ambiente”, abordando os fundamentos da ciência do aerossol. No dia 25, às 9h, ele ministra a palestra “Impacto das nanopartículas no meio ambiente”.

O professor Samuel Leite de Oliveira, do Grupo de Óptica e Fotônica do Instituto de Física, destaca que “essa visita consolidará a colaboração científica existente entre os pesquisadores da UFMS e da Universidade de Essex. Além disso, alunos e professores poderão identificar novas oportunidades de cooperação.”

As atividades são abertas ao público, incluindo estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores e professores da UFMS e de outras instituições. As palestras acontecem na sala 9 do Instituto de Física, na Cidade Universitária.

topo ↕

MIDIAMAX - TEMPO REAL

Marcos Pontes é contra junção de CNPq e Capes

O ministro da Ciência e Tecnologia explicou os pontos negativos da fusão dos órgãos

O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, disse ser contra a fusão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com

a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgãos de desenvolvimento da ciência do País.

Segundo o ministro, a proposição foi feita pelo Ministério da Educação e está em discussão entre os ministérios. Ele disse que o presidente Jair Bolsonaro não se posicionou sobre o assunto. “Nossa posição é que o CNPQ e a **Capes** se mantenham separados. Se houvesse fusão dos dois, o endereço correto para a nova entidade seria aqui, para se manter as políticas de ciência e tecnologia. Este é o ministério com essa função”, afirmou.

O ministro disse que serão propostas mudanças de gestão e redefinição de funções entre as duas entidades para economizar recursos e garantir a separação. “A junção das duas é extremamente improvável. Não faz muito sentido”, completou.

Pontes também confirmou que houve proposta de a Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep) ir para o guarda-chuva do BNDES, mas disse que isso seria “improdutivo”. “A Finep tem competências específicas e diferentes do BNDES. Por enquanto não existe possibilidade de junção e a tendência é que permaneça como está”, disse.

Bolsas

Depois de dizer que só teria dinheiro até agosto, Marcos Pontes afirmou que o pagamento das bolsas do CNPq está garantido até o fim do ano. Ele disse que o ministro da Economia, Paulo Guedes, deverá assinar nos próximos dias uma portaria liberando R\$ 157 milhões, valor que cobrirá as bolsas nos próximos dois meses e que um projeto de lei enviado ao Congresso Nacional prevê mais R\$ 93 milhões para o mês de dezembro

“Fiquei muitas noites sem dormir, assim como muitos bolsistas que dependem dos recursos para continuar pesquisas e sobreviver”, afirmou.

O ministro também disse que serão descontingenciados R\$ 180 milhões para o projeto do acelerador de partículas Sirius, localizado em Campinas (SP). Com isso, os primeiros projetos deverão começar no ano que vem, com foco no pré-sal.

topo ↕

MSN - TEMPO REAL

Nossa posição é ter CNPq e Capes separados, diz ministro; verba de bolsas deste ano está garantida

BRASÍLIA – O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, disse nesta quinta-feira, 17, ser contra a fusão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgãos de desenvolvimento da ciência do País. A proposta foi antecipada pelo Broadcast/Estadão. Pontes disse ainda que a verba para o pagamento das bolsas do órgão para este ano está garantida.

Segundo o ministro, a proposição foi feita pelo Ministério da Educação e está em discussão entre as pastas. Ele disse que o presidente Jair Bolsonaro não se posicionou sobre o assunto. “Nossa posição é que o CNPQ e a **Capes** se mantenham separadas. Se houvesse fusão das duas, o endereço correto (para a nova entidade) seria aqui, para se

manter as políticas de ciência e tecnologia. Este é o ministério com essa função”, afirmou.

O ministro disse que serão propostas mudanças de gestão e redefinição de funções entre as duas entidades para economizar recursos e garantir a separação das duas. “A junção das duas é extremamente improvável. Não faz muito sentido”, completou.

Criados em 1951, os dois órgãos têm funções distintas. A **Capes** tem a missão de aprimorar a formação de profissionais de ensino superior, por meio da pós-graduação, além de ajudar na qualificação de professores de ensino básico e solidificar a educação a distância no País. Já o CNPq se concentra em fomentar projetos de pesquisa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

O ministro também confirmou que houve proposta de que a Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep) ir para o guarda-chuva do BNDES e disse que isso seria “improdutivo”. “A Finep tem competências específicas e diferentes do BNDES. Por enquanto não existe possibilidade de junção e a tendência é que permaneça como está”, completou.

A proposta de fundir **Capes** e CNPq também é alvo de críticas da comunidade científica. Em carta divulgada na semana passada, associações - entre elas, Associação Brasileira de Ciência, Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Inovação - afirmam que a fusão poderia trazer consequências comprometedoras para o sistema de ensino e pesquisa do País.

“**Capes** e CNPq têm estruturas e finalidades específicas. CNPq tem como objetivo principal o apoio a pesquisadores. E na **Capes** as ações são mais institucionais. Uma fusão traria confusão para um sistema que desde a década de 50 trabalha de forma harmônica”, afirmou o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Castro Moreira.

Governo deve liberar R\$ 157 milhões para bolsas nos próximos dias, diz Pontes

Depois de dizer que só teria dinheiro até agosto, Pontes afirmou que o pagamento das bolsas do CNPq está garantido até o fim do ano. Ele disse que o ministro da Economia, Paulo Guedes, deverá assinar nos próximos dias uma portaria liberando R\$ 157 milhões, que cobrirá as bolsas nos próximos dois meses e que um projeto de lei enviado ao Congresso Nacional prevê mais R\$ 93 milhões para o mês de dezembro

“Fiquei muitas noites sem dormir, assim como muitos bolsistas que dependem dos recursos para continuar pesquisas e sobreviver.” O ministro também disse que serão descontingenciados R\$ 180 milhões para o projeto do acelerador de partículas Sirius, localizado em Campinas (SP). Com isso, os primeiros projetos deverão começar no ano que vem, como foco no pré-sal.

topo ↕

PODER 360 - DF - TEMPO REAL

**Marcos Pontes diz que dinheiro para CNPq ‘está garantido’ até o fim do ano
Valor é de R\$ 250 milhões**

O ministro Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia) afirmou nesta 5ª feira que o dinheiro do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) está

garantido até o fim do ano. A verba total é de R\$ 250 milhões. O recurso parte de duas fontes:

R\$ 157 milhões a partir de uma portaria “que está para ser assinada” pelo ministro Paulo Guedes (Economia);

R\$ 93 milhões de um PL (projeto de lei), “que vai ser utilizado mais para o fim do ano, em dezembro”.

“Com essas ferramentas, garantimos o pagamento das bolsas de todos os pesquisadores, que podem dormir sossegados –e eu também”, afirmou o ministro, em encontro com jornalistas.

A falta de recursos para o CNPq já era esperada desde que o Orçamento 2019 foi aprovado, ainda no ano passado. Pontes afirma que já alertava para o problema desde que o atual governo assumiu.

Mesmo assim, o dinheiro acabou em agosto. Foi necessário remanejar recursos da área de fomento para pagar as bolsas de pesquisa. O ministro disse, na época, que a solução para a falta de verba precisava passar pelo crivo do Ministério da Economia.

De acordo com Pontes, garantir recursos aos pesquisadores “era uma prioridade dele”. No entanto, disse ele, “tinha que ver qual era a prioridade da Economia”.

Desta vez, dosou o tom. Afirmou que “finalmente, depois de todos os esforços da nossa equipe com a [equipe] econômica, temos duas ferramentas que vão garantir o pagamento até o final do ano”.

MENOS GASTOS

Marcos Pontes também disse que a junção da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** com o CNPq será discutida nas próximas semanas. A primeira é vinculada ao MEC (Ministério da Educação). A segunda, ao MCTIC (Ministério da Ciência e Tecnologia), comandando por Pontes.

O ministro disse que a junção é “extremamente improvável”. Apesar disso, confirmou que podem ser adotadas “ferramentas” para promover uma economia nos órgãos. Ele destacou que cada 1 tem sua função. Por isso, devem ser mantidos separados.

“É possível a convivência das duas agências, cada uma com suas tarefas e 1 trabalho administrativo de gestão para reduzir os custos. (...) Vamos ter uma reunião com a educação para discutir quais serão os destinos, mas a junção das duas é extremamente improvável.”

topo ↕

SPUTNIK NEWS - TEMPO REAL

Brasileiros lideram ranking de estrangeiros com bolsas de pesquisa do governo português

Doutorandos brasileiros são os estrangeiros que mais recebem bolsas da Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT), órgão do governo de Portugal que financia pesquisa científica. Das 1.350 bolsas atribuídas pelo concurso de 2019 da FCT, 62 foram para brasileiros.

Os italianos aparecem em segundo lugar no ranking dos estrangeiros, recebendo 26 bolsas. Em seguida estão os iranianos, com dez bolsas, e espanhóis, com oito.

O número de brasileiros aprovados em concursos da FCT vem em crescimento desde 2016, quando apenas três receberam bolsas. A subida coincide com os períodos mais recentes em que os investimentos para pesquisa científica no Brasil sofreram alterações.

"Esse momento que o Brasil está vivendo é bastante delicado. Esses cortes têm o objetivo de sucatear mesmo. Claro que se intensificou nesse governo, mas não é novo. A gente tem acompanhado isso pelo menos nos três últimos anos. Quando Temer assumiu, já tinha a proposta desse contingenciamento. O governo Bolsonaro aumentou ainda mais", analisa Fernanda Campos, doutora em Educação, para a Sputnik Brasil.

Fuga de cérebros

Os últimos cortes do governo brasileiro para as verbas da educação atingem a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, que já perdeu cerca de 12 mil bolsas ao longo de 2019, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que corre o risco de ver seus 80 mil bolsistas sem recursos financeiros nos próximos meses.

"É bastante preocupante, porque para os projetos de desenvolvimento tecnológico no Brasil, é a universidade que dá conta disso, em várias áreas. As empresas não ocupam esse lugar, também não existem tantas parcerias entre empresas e universidades, então o lugar das cabeças pensantes está ali e estão querendo cortar. É bastante delicado para o momento presente, mas para o futuro também", diz Fernanda Campos.

Com um cenário de incertezas, o exterior acaba se tornando cada vez mais atrativo. A chamada "fuga de cérebros" caracteriza o movimento de saída de pesquisadores do Brasil para outros países, que vão "motivados por uma preocupação, ou uma vontade de continuar esses estudos, e procurando uma segurança no ambiente acadêmico", avalia a docente.

Portugal não esconde que quer atrair e segurar mão de obra qualificada. O número de bolsas oferecidas pela FCT cresceu 87% nos últimos quatro anos e o recurso atual da instituição, no valor de 616 milhões de euros (mais de 2,8 bilhões reais), são 11% maior do que o do ano passado.

"Os concursos da FCT são muito competitivos. Quem tem as bolsas são os melhores. É muito importante criarmos condições para que bons estudantes brasileiros possam encontrar em Portugal também as condições para poderem estudar. Muitos vinham tradicionalmente com financiamento brasileiro, que é mais raro neste momento devido às prioridades do governo, mas nós continuamos abertos", diz à Sputnik Brasil o ministro da Educação português, Tiago Brandão Rodrigues.

O ministro considera que estudantes estrangeiros em geral "são absolutamente fundamentais" para o país.

"Temos que continuar a dar resposta positiva, até para aqueles brasileiros que vêm por curtos períodos, em intercâmbios, ou para fazer parte dos seus doutorados. Continuamos a trabalhar para diversificar nossas ofertas e darmos condições, como já fazemos, até

para que quem faz o vestibular no Brasil possa também ter acesso ao ensino superior aqui em Portugal", completa o ministro.
Planejamento

A docente Fernanda Campos acredita que as facilidades de uma mudança para Portugal tornam o país atrativo. "Os vários acordos existentes entre Brasil e Portugal favorecem. Seja em termos de saúde, tem também a língua, e os próprios acordos acadêmicos. Cursos com notas 6 e 7 da **CAPES** são considerados de excelência, têm reconhecimento de diplomas praticamente automático em Portugal."

Fernanda avalia que o aumento nas políticas de estímulo ao desenvolvimento científico em Portugal nos últimos anos é real, mas recomenda cautela e planejamento.

"Quando voltam para o Brasil, para reconhecer um diploma português lá é mais difícil. Aqui em Portugal existem bem menos universidades e também são bem menos vagas, então quando abre um concurso público é muito concorrido. Há muita gente que tem doutorado e está trabalhando em outras áreas, se virando, porque não consegue emprego. Se eu puder dar um conselho é: viva o ambiente acadêmico, porque isso é o que vai abrir portas que são muito concorridas."

Para concorrer a uma bolsa de doutorado pela FCT, o candidato já precisa morar em Portugal com título de residência emitido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e estar matriculado em um curso de doutorado no país. Os concursos costumam abrir entre os meses de fevereiro e março, com resultados publicados logo antes do início do ano letivo nacional, que ocorre em setembro.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Por diploma falso, finalista de Nobel da educação é proibido de dar aula no ES
O professor Wemerson Nogueira, finalista em 2017 do prêmio Teacher Global Prize, foi proibido pelo governo capixaba de dar aula por cinco anos, acusado de usar diplomas falsos

VITÓRIA - O professor Wemerson Nogueira, finalista em 2017 do prêmio Teacher Global Prize, considerado o Nobel da Educação, foi proibido pelo governo capixaba de dar aula por cinco anos, acusado de usar diplomas falsos. Nogueira atribuiu o problema a uma questão burocrática e disse que não pretende recorrer da decisão. Ele afirmou ainda que está prestes a se formar em outra faculdade.

Em maio, o Estado revelou que a professora de ensino técnico Joana D'Arc Félix de Sousa declarava uma formação na Universidade Harvard (EUA) que a docente não possui. Além disso, ela usou um diploma falso na tentativa de confirmar a informação. Após a reportagem, ela admitiu ter mentido no currículo.

O veto a Nogueira foi determinado pela Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo. Tarcísio Bobbio, corregedor da pasta no Estado, diz que, após auditoria no setor, foi constatado que Nogueira usou três diplomas falsos dos cursos de Química, Ciências Biológicas e um de pós-graduação para ocupar o cargo de educador. A decisão saiu no Diário Oficial do Estado de 8 de outubro.

"Como ele já não tinha mais vínculo com o Estado, a lei determina essa punição e foi cumprido o que era previsto. O setor de auditoria da educação, achou suspeitos três

documentos que ele apresentou, declarando os cursos. Apuramos esse caso e, diante de todos os fatos comprovados, decidimos aplicar a punição. Se não cumpro a lei, acabo respondendo um processo também", explicou o corregedor.

O corregedor ainda informou que, assim que passar o período de punição (cinco anos), Wemerson pode concorrer novamente ao cargo de professor DT (designação temporária) e voltar a dar aulas na rede estadual. "Passando o período que a lei determina, ele pode sim voltar a fazer os concursos para dar aula nas escolas estaduais".

Em nota, Nogueira que a comissão processante foi parcial no processo, pois se apegaram ao fato de o diploma "papel" não ter validade. "Eles deveriam ter analisado minha boa fé, a não intenção de usar um documento sabendo que era falso", disse. Ele afirma ter estudado em um polo conveniado com a Universidade Metropolitana de Santos (Unimes) e guardar o contrato de prestação de serviço da instituição. A faculdade, porém, não reconhece o diploma.

Também em nota, a Unimes diz ter sido vítima de fraude e pediu à Superintendência da Polícia Federal capixaba para apurar o caso. Segundo a faculdade, em 2015 foi informada de que no Espírito Santo teriam sido emitidos diplomas falsos em nome da Unimes, que não constavam nos registros acadêmicos.

"A entidade segue acompanhado, por meio de seu departamento jurídico, os desdobramentos judiciais e criminais, e reitera que não compactua com este tipo de fraude e quer ver solucionado o caso, para que outros possíveis envolvidos/inocentes tenham suas situações definidas", informou a Unimes.

Questionado se iria contestar a decisão, Nogueira disse que prefere não recorrer.

"Não quero ser mais um professor sofredor na mão de uma secretaria de Estado que olha para o educador como algo que só presta enquanto tem a oferecer."

Nogueira diz ainda fazer palestras e conta ter recebido convites para trabalhar em escolas particulares.

Aulas atraentes de Química garantiram prêmio

Wemerson foi premiado em 2016, na 19ª edição do "Educador Nota 10", que tem o objetivo de premiar os melhores professores do Brasil. Ele foi levado ao prêmio por explicar de forma atraente a tabela periódica.

"O professor escolheu partir do fato ambiental - a contaminação pela lama -, e da análise química da água para abordar os elementos da tabela de forma contextualizada. Na postura de jovens pesquisadores, os alunos de Wemerson analisaram as condições das águas, apreenderam a tabela periódica de um jeito inovador e encontraram soluções práticas para melhorar a qualidade de vida dos ribeirinhos", afirma a página da premiação, na internet.

No ano seguinte, foi finalista do Teacher Global Prize, prêmio concedido pela Fundação Varkey. A ganhadora naquela edição foi a canadense Maggie McDonnell.

O Estado tentou contato com a assessoria de imprensa da Fundação Victor Civita,

responsável pela premiação, mas até a noite dessa quinta-feira, 17, a organização não se pronunciou sobre o assunto.

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Nossa posição é ter CNPq e Capes separados, diz ministro; verba de bolsas deste ano está garantida

Marcos Pontes afirma que não faz muito sentido a junção dos dois órgãos de desenvolvimento da ciência

BRASÍLIA – O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, disse nesta quinta-feira, 17, ser contra a fusão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgãos de desenvolvimento da ciência do País. A proposta foi antecipada pelo Broadcast/Estadão. Pontes disse ainda que a verba para o pagamento das bolsas do órgão para este ano está garantida.

Segundo o ministro, a proposição foi feita pelo Ministério da Educação e está em discussão entre as pastas. Ele disse que o presidente Jair Bolsonaro não se posicionou sobre o assunto. “Nossa posição é que o CNPQ e a **Capes** se mantenham separadas. Se houvesse fusão das duas, o endereço correto (para a nova entidade) seria aqui, para se manter as políticas de ciência e tecnologia. Este é o ministério com essa função”, afirmou.

O ministro disse que serão propostas mudanças de gestão e redefinição de funções entre as duas entidades para economizar recursos e garantir a separação das duas. “A junção das duas é extremamente improvável. Não faz muito sentido”, completou.

Criados em 1951, os dois órgãos têm funções distintas. A **Capes** tem a missão de aprimorar a formação de profissionais de ensino superior, por meio da pós-graduação, além de ajudar na qualificação de professores de ensino básico e solidificar a educação a distância no País. Já o CNPq se concentra em fomentar projetos de pesquisa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

O ministro também confirmou que houve proposta de que a Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep) ir para o guarda-chuva do BNDES e disse que isso seria “improdutivo”. “A Finep tem competências específicas e diferentes do BNDES. Por enquanto não existe possibilidade de junção e a tendência é que permaneça como está”, completou.

A proposta de fundir **Capes** e CNPq também é alvo de críticas da comunidade científica. Em carta divulgada na semana passada, associações - entre elas, Associação Brasileira de Ciência, Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Inovação - afirmam que a fusão poderia trazer consequências comprometedoras para o sistema de ensino e pesquisa do País.

“**Capes** e CNPq têm estruturas e finalidades específicas. CNPq tem como objetivo principal o apoio a pesquisadores. E na **Capes** as ações são mais institucionais. Uma fusão traria confusão para um sistema que desde a década de 50 trabalha de forma harmônica”, afirmou o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Castro Moreira.

Governo deve liberar R\$ 157 milhões para bolsas nos próximos dias, diz Pontes

Depois de dizer que só teria dinheiro até agosto, Pontes afirmou que o pagamento das bolsas do CNPq está garantido até o fim do ano. Ele disse que o ministro da Economia, Paulo Guedes, deverá assinar nos próximos dias uma portaria liberando R\$ 157 milhões, que cobrirá as bolsas nos próximos dois meses e que um projeto de lei enviado ao Congresso Nacional prevê mais R\$ 93 milhões para o mês de dezembro

“Fiquei muitas noites sem dormir, assim como muitos bolsistas que dependem dos recursos para continuar pesquisas e sobreviver.” O ministro também disse que serão descontingenciados R\$ 180 milhões para o projeto do acelerador de partículas Sirius, localizado em Campinas (SP). Com isso, os primeiros projetos deverão começar no ano que vem, como foco no pré-sal.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Ex-ministros da Ciência alertam contra estrangulamento de inovação do país Mudanças propostas para o Finep incluem retirada da maior fonte de recursos do principal órgão de fomento do setor

RIO - Três ex-ministros de Ciência e Tecnologia afirmaram ao GLOBO que mudanças cogitadas pelo governo Bolsonaro para a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) teriam como efeito o esvaziamento do papel da entidade e o estrangulamento do setor de inovação no país. A Finep, que teve uma despesa executada média de R\$ 1,8 bilhão nos últimos quatro anos, processou apenas R\$ 270 milhões em 2019 até setembro.

O físico Sérgio Rezende, que vê "desconhecimento ou má intenção" por trás da proposta, se junta ao matemático Marco Antonio Raupp, para quem o governo quer "nivelar por baixo" sua política de inovação, e a Luiz Carlos Bresser-Pereira, para quem "este governo não quer mais saber de financiar as inovações brasileiras".

Os três reagiram a sugestões contidas em uma apresentação de slide da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério da Economia, exibida em uma reunião interna. O documento foi vazado no mês passado pela Associação dos Empregados da Finep e revelado pelo site Direto da Ciência. A apresentação em questão lista um conjunto de medidas propostas para a administração do MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações).

A SOF sugere "destituir a Finep como secretaria-executiva e agente financeiro do FNDCT [Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]", o que significa tirar desta sua principal fonte de recursos.

A ideia, afirma o documento, é que verbas que hoje estão sob a gestão da Finep sejam manejadas diretamente pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

O Ministério da Economia não se manifestou abertamente sobre a proposta. A diretoria da Finep diz que não "tratou deste assunto com o Ministério da Economia" e "reafirma seu compromisso de atuar alinhada com o MCTIC".

Segundo Sergio Rezende, o que pode aparentar ser uma mudança meramente burocrático-administrativa tem um sentido mais grave.

— Tirar o FNDCT da Finep significa extinguir a Finep — afirma Rezende, que antes de

ser ministro foi presidente da agência. — Eles acham que se juntarem a Finep com o BNDES vão economizar dinheiro, mas não vão economizar nada.

Segundo o ex-ministro, a agência tem se sustentado historicamente apenas com os retornos dos empréstimos que faz, e não faria sentido sacrificá-la em um ajuste fiscal para cortar recursos.

E a Finep faria o quê?

Para os ex-ministros ouvidos pelo GLOBO, esvaziar o papel da Finep na política de inovação do país seria uma medida difícil de reverter, porque a agência agrupou uma equipe especializada ao longo de seus 50 anos de existência, e recompô-la seria uma tarefa difícil em outra instituição.

— O BNDES também pode executar esta missão, adequando-se. E a FINEP faria o quê? — questiona Marco Antonio Raupp, hoje diretor-geral do Parque Tecnológico de São José dos Campos. — Não seria um desperdício dos esforços realizados na Finep para capacitá-la para essa missão, com bons resultados até aqui?

Para Rezende, a Finep tem importância estratégica hoje em conectar empresas ao setor acadêmico para estimular a inovação: uma articulação delicada que se perderia dentro do turbilhão do BNDES, que lida com um bolo financeiro 50 vezes maior.

Bresser-Pereira, que foi ministro da Fazenda e da Ciência e Tecnologia, diz crer que o esvaziamento do papel da Finep reflete uma política sem visão estratégica

— O governo está dizendo não só que é contra a política industrial, mas contra a política de ciência e tecnologia. Eles acham que o Estado não tem nada a ver com isso, e portanto o setor privado que cuide do assunto — afirmou.

Segundo o economista e cientista social, a redução do investimento em inovação não se compensa como ajuste fiscal.

— Já vi todas as formas de neoliberalismo nesses últimos 40 anos, mas nem o liberal mais exaltado diz que o Estado pode se retirar do financiamento da tecnologia e da ciência — afirma Bresser.

Empréstimo e devolução

A Finep trabalha com duas linhas de financiamento. Uma, destinada a empresas, é "reembolsável" na forma de empréstimos a juros baixos, mas pode representar apenas uma parcela do bolo da Finep. A outra linha, "não-reembolsável", é aplicável a instituições de pesquisa e é feita a fundo perdido, como uma doação.

Uma proposta da SOF para a agência, porém, é justamente "retirar a limitação de percentual de receitas a serem aplicados na modalidade reembolsável". Outra delas é "estudar a possibilidade de criação de um fundo privado, com aporte da União, via integralização de cotas, em substituição ao FNDCT, para o financiamento de projetos de ciência e tecnologia."

A intenção das propostas não é totalmente clara a partir da leitura da apresentação de slides, afirma Raupp.

— Minimamente parece ser uma busca de "tempo" para iniciar efetivas ações de financiamento do sistema, que está em plena operação e necessitado, sob pena de degradação em seu desempenho — diz o ex ministro.

Na opinião de Rezende, a proposta de rebaixamento da Finep se encaixa dentro de contexto de uma ataque orquestrado à política do país para o setor. Ele critica também a sugestão de fusão do CNPq com a **Capes**, agências federais de fomento à ciência com papéis distintos.

— Este governo não valoriza a ciência e tecnologia — diz o físico, que destaca o papel da Finep na criação da Embraer e no uso da Embrapa para impulsionar o agronegócio brasileiro — Eles acham que [inovação] é uma atividade diletante, que o Brasil não precisa disso e que quando a gente precisar de uma coisa, basta a gente comprar.

Comunidade acadêmica

As manifestações de Rezende e Raupp se unem a um protesto da comunidade científica, que enviou na última sexta-feira uma carta aberta às cúpulas dos poderes Executivo e Legislativo do governo federal.

Ao todo, 11 entidades, que incluem a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e a ABC (Academia Brasileira de Ciências), reclamam da falta de transparência do governo no planejamento de mudanças para CNPq, **Capes**, Finep e FNDCT.

Os acadêmicos alertam para o problema de tirar a gestão de inovação do país das mãos do MCTIC e da Finep. "Sua execução exige uma estrutura complexa de análise e acompanhamento de projetos de pesquisa e inovação, que certamente deverá ser continuamente aprimorada, mas que não se adequa à experiência, finalidade e organização do Ministério da Economia e do BNDES", escrevem.

topo 

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Bolsas do CNPq estão garantidas até o fim de 2019, diz ministro
De acordo com Marcos Pontes, chefe da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, foi feita uma suplementação orçamentária à Lei Orçamentária Anual deste ano a fim de garantir os R\$ 250 milhões necessários para o pagamento das bolsas

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, anunciou nesta quinta-feira (17/10), que o governo federal conseguiu viabilizar a liberação dos recursos necessários para arcar com o pagamento das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) até o fim deste ano. Segundo ele, o ministério vai receber R\$ 250 milhões para custear as pesquisas de pelo menos 84 mil pessoas em outubro, novembro e dezembro.

Pontes explicou que, para garantir o valor, foi efetuada uma suplementação orçamentária à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019. "Havia uma preocupação muito grande com o pagamento das bolsas do CNPq. São 84 mil pesquisadores, desde iniciação científica até pesquisadores seniores, na espera desse resultado", comentou o ministro.

Segundo o ministério, pouco mais de R\$ 93 milhões devem ser liberados por meio de um projeto de lei, enviado ao Congresso Nacional na terça-feira (15/10). Este valor será usado em dezembro. Os quase R\$ 157 milhões restantes serão disponibilizados para outubro e novembro mediante portaria do Ministério da Economia. A assinatura do chefe da pasta, Paulo Guedes, deve ocorrer nos próximos dias, de acordo com Pontes.

“Fiquei muitas noites sem dormir, assim como muitos bolsistas que dependem dos recursos para continuar pesquisas e sobreviver. Mas os nossos bolsistas podem ficar tranquilos que o pagamento das bolsas, através dessas duas medidas, já estão garantidos”, afirmou o ministro, acrescentando que, para 2020, a Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) já prevê recursos para as atividades do CNPq e as dificuldades deste ano não se repetirão.

Ainda segundo o ministro, a pasta conseguiu um descontingenciamento de R\$ 180 milhões para serem utilizados na conclusão das obras do acelerador de partículas Sirius, que fica em Campinas (SP). De acordo com ele, o restante R\$ 400 milhões que o ministério precisava para terminar o projeto serão garantidos com o orçamento do ano que vem.

“Para 2020, já estão previstos mais R\$ 150 milhões. Com isso, o resultado desse investimento é que, até o fim do primeiro semestre de 2020, nós já teremos três linhas em funcionamento”, explicou Pontes. Uma das prováveis destinações do Sirius será na otimização da exploração de petróleo nas camadas pré-sal.

Capex e CNPq

Ainda nesta manhã, Pontes declarou ser contra a junção do CNPq com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**. O Ministério da Educação apresentou a proposta à pasta da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. As partes ainda dialogam sobre uma possível fusão. Por enquanto, nada foi definido, mas para Pontes, “a junção das duas é extremamente improvável”. “Não faz muito sentido”, opinou.

“Nossa posição é que o CNPq e a **Capex** se mantenham separados. Se houvesse fusão dos dois, o endereço correto para a nova entidade seria aqui, para se manter as políticas de ciência e tecnologia. Este é o ministério com essa função”, analisou o ministro.

Pontes também declarou que existe uma proposta de que a Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep) seja incorporada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Para ele, seria “improdutivo”. “A Finep tem competências específicas e diferentes do BNDES. Por enquanto não existe possibilidade de junção e a tendência é que permaneça como está”, observou.

topo ↕

DIÁRIO DO PODER - NOTÍCIAS

Pagamento de bolsas do CNPq está garantido este ano, diz governo **"Pesquisadores podem dormir sossegados", afirmou ministro**

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou hoje (17) que os recursos para o pagamento das bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) estão garantidos até o fim do ano.

Segundo a pasta, foi efetuada a suplementação à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 para pagamento das bolsas para outubro, novembro e dezembro no valor de R\$ 250 milhões. Desse total, R\$ 93 milhões serão disponibilizados por meio do Projeto de Lei (PLN) nº 41, enviado ao Congresso Nacional em 15 de outubro.

O restante, R\$ 156,9 milhões, será disponibilizado por meio de portaria que deverá ser assinada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, nos próximos dias.

Para 2020, a proposta de lei orçamentária já prevê recursos para as atividades do CNPq e o problema não deve se repetir, segundo o ministério. De acordo com a pasta, a situação deste ano ocorreu devido ao orçamento insuficiente da lei orçamentária aprovada em 2018 que destinou recursos inferiores ao que era necessário para o CNPq.

“Havia uma preocupação muito grande com o pagamento das bolsas do CNPq. São 84 mil pesquisadores desde iniciação científica até pesquisadores seniores na espera desse resultado”, disse o ministro Marcos Pontes. “Os pesquisadores podem dormir sossegados e eu também até o final do ano”.

CNPq e Capes

Marcos Pontes reiterou seu posicionamento contrário a uma eventual fusão entre o CNPq, subordinado à sua pasta, e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

“Recebemos a proposta do MEC com relação a esses estudos de junção da **Capes** com o CNPq e uma resultante ficando no MEC. É possível a convivência, como já tem sido, das duas agências, cada uma com sua tarefa e um trabalho administrativo de gestão para reduzir os custos”, afirmou Pontes. “Vamos ter uma reunião com a Educação para discutir quais serão os destinos, mas a junção das duas é extremamente improvável”.

No último dia 11, em sua conta no Twitter, Marcos Pontes afirmou que a posição do MCTIC era contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do país. (ABr)

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - ÚLTIMAS

Comissão de Educação aprova emendas ao Orçamento de 2020

A Comissão de Educação da Câmara Federal, nesta semana, escolheu as emendas ao Projeto de Lei Orçamentário Anual de 2020. Duas das quatro emendas aprovadas foram apresentadas pelo deputado Danilo Cabral (PSB/PE) e contemplam a educação básica e a concessão de bolsas de estudo no ensino superior.

As emendas do parlamentar destinam R\$ 300 milhões para apoio ao desenvolvimento da educação básica, de cunho nacional, e mais R\$ 300 milhões para a concessão de bolsas de estudo. Com esse valor, é possível realizar a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

Para Danilo Cabral, a iniciativa visa aprimorar as áreas que carecem de investimentos. “As emendas apresentadas têm o objetivo de ressaltar a importância da educação para o desenvolvimento da sociedade. No último ano, essa foi uma área muito prejudicada pelos cortes do governo e vamos lutar para sua completa valorização”, explica.

Outras duas emendas também foram escolhidas. Uma é de R\$ 300 mil em apoio à infraestrutura para a Educação Básica e outra de investimentos em bolsas de pesquisa da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Danilo Cabral também ressalta a importância do apoio das associações, como a ANPG (Associação Nacional de Pós-graduandos), que busca realizar um trabalho em defesa dos estudantes. “Foi possível perceber, durante esse período de escolha das emendas, que os estudantes de mestrado, doutorado e pós-graduação precisavam de um incentivo, visto que o Ministério da Educação já havia anunciado um corte em quase 6 mil bolsas. A expectativa é que, no próximo ano, o valor da educação não seja contingenciado”, afirma.

Cada comissão permanente da Câmara pode apresentar até 4 emendas de Apropriação à Lei Orçamentária Anual de 2020 (PLOA). Para o valor ser liberado, é preciso que as emendas sejam aprovadas na Comissão mista de Planos, Orçamentos públicos e Fiscalização (CMO). O último dia para que todas as comissões apresentem suas emendas perante a CMO é 24 de outubro.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Marcos Pontes prevê liberação de R\$ 250 milhões para pagar bolsas do CNPq até o final do ano

Ministro da Ciência e Tecnologia afirmou que R\$ 157 milhões devem ser liberados nos próximos dias pela Economia. Os R\$ 93 milhões restantes precisam ser aprovados pelo Congresso.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, disse nesta quinta-feira (17) que devem ser liberados R\$ 250 milhões para o pagamento de bolsas de pesquisadores do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Com os recursos, todas as bolsas de pesquisa referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro deverão ser pagas, nas contas do ministro.

O ministro explicou que R\$ 157 milhões virão de uma suplementação orçamentária que deverá ser feita por uma portaria Ministério da Economia. Pontes acredita a autorização deve ser assinada pelo ministro Paulo Guedes nos próximos dias.

Os outros R\$ 93 milhões ainda precisam de uma autorização do Congresso Nacional, por meio de um projeto de lei. Pontes diz achar “muito improvável” que os parlamentares não aprovem a liberação do dinheiro.

“Havia uma preocupação muito grande com o pagamento das bolsas do CNPq. São 84 mil pesquisadores desde iniciação científica até pesquisadores seniores na espera desse resultado. Os pesquisadores podem dormir sossegados, e eu também, até o final do ano”, afirmou o ministro Marcos Pontes.

Em setembro, para garantir as bolsas de pesquisa, o CNPq tirou R\$ 82,5 milhões da área

de fomento para suprir o pagamento a pesquisadores.

“Confesso que fiquei muitas noites sem dormir. Assim como eu imagino que muitos bolsistas também. Você depende daquele recurso para continuar sua pesquisa e para sobreviver. Na verdade, essas bolsas têm dedicação exclusiva”, disse Pontes.

“Nós tivemos como uma herança do orçamento que foi feito no ano anterior. Por lei, o recurso que nós tínhamos para o CNPq vencia em agosto, com pagamento em setembro”, concluiu.

Fusão de CNPq e Capes

Pontes também comentou a possibilidade de fusão entre o CNPq e a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**. Segundo o ministro, a ideia partiu do Ministério da Educação, em um documento enviado à pasta de Ciência e Tecnologia. A justificativa apresentada foi economia de recursos.

Pontes disse que as equipes dos ministérios vão se reunir para conversar sobre o tema. Segundo ele, o Ministério da Ciência e Tecnologia é a junção, por entender que as duas entidades têm funções diferentes.

De acordo com o ministro, uma fusão entre os dois órgãos é "extremamente improvável". O CNPq financia pesquisas tecnológicas e inovação, enquanto a **Capes** atua mais no desenvolvimento da educação e dos professores.

“Recebemos a proposta do MEC com relação a esses estudos de junção da **Capes** com o CNPq, e uma [entidade] resultante ficando no MEC. É possível a convivência, como já tem sido, das duas agências, cada uma com sua tarefa e um trabalho administrativo de gestão para reduzir os custos”, disse Pontes.

topo ↕

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - TEMPO REAL

‘Nossa posição é que CNPQ e Capes se mantenham separados’, afirma Marcos Pontes

O ministro disse que serão propostas mudanças de gestão e redefinição de funções entre as duas entidades para economizar recursos e garantir a separação

O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, disse ser contra a fusão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgãos de desenvolvimento da ciência do País. A proposta foi antecipada pelo Broadcast/Estadão.

Segundo o ministro, a proposição foi feita pelo Ministério da Educação e está em discussão entre os ministérios. Ele disse que o presidente Jair Bolsonaro não se posicionou sobre o assunto. “Nossa posição é que o CNPQ e a **Capes** se mantenham separados. Se houvesse fusão dos dois, o endereço correto para a nova entidade seria aqui, para se manter as políticas de ciência e tecnologia. Este é o ministério com essa função”, afirmou.

O ministro disse que serão propostas mudanças de gestão e redefinição de funções entre as duas entidades para economizar recursos e garantir a separação. “A junção das duas é extremamente improvável. Não faz muito sentido”, completou.

Pontes também confirmou que houve proposta de a Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep) ir para o guarda-chuva do BNDES, mas disse que isso seria “improdutivo”. “A Finep tem competências específicas e diferentes do BNDES. Por enquanto não existe possibilidade de junção e a tendência é que permaneça como está”, disse.

Bolsas

Depois de dizer que só teria dinheiro até agosto, Marcos Pontes afirmou que o pagamento das bolsas do CNPq está garantido até o fim do ano. Ele disse que o ministro da Economia, Paulo Guedes, deverá assinar nos próximos dias uma portaria liberando R\$ 157 milhões, valor que cobrirá as bolsas nos próximos dois meses e que um projeto de lei enviado ao Congresso Nacional prevê mais R\$ 93 milhões para o mês de dezembro

“Fiquei muitas noites sem dormir, assim como muitos bolsistas que dependem dos recursos para continuar pesquisas e sobreviver”, afirmou.

O ministro também disse que serão descontingenciados R\$ 180 milhões para o projeto do acelerador de partículas Sirius, localizado em Campinas (SP). Com isso, os primeiros projetos deverão começar no ano que vem, com foco no pré-sal.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

‘Nossa posição é que CNPQ e Capes se mantenham separados’, afirma Marcos Pontes

O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, disse ser contra a fusão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgãos de desenvolvimento da ciência do País. A proposta foi antecipada pelo Broadcast/Estadão.

Segundo o ministro, a proposição foi feita pelo Ministério da Educação e está em discussão entre os ministérios. Ele disse que o presidente Jair Bolsonaro não se posicionou sobre o assunto. “Nossa posição é que o CNPQ e a **Capes** se mantenham separados. Se houvesse fusão dos dois, o endereço correto para a nova entidade seria aqui, para se manter as políticas de ciência e tecnologia. Este é o ministério com essa função”, afirmou.

O ministro disse que serão propostas mudanças de gestão e redefinição de funções entre as duas entidades para economizar recursos e garantir a separação. “A junção das duas é extremamente improvável. Não faz muito sentido”, completou.

Pontes também confirmou que houve proposta de a Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep) ir para o guarda-chuva do BNDES, mas disse que isso seria “improdutivo”. “A Finep tem competências específicas e diferentes do BNDES. Por enquanto não existe possibilidade de junção e a tendência é que permaneça como está”, disse.

Bolsas

Depois de dizer que só teria dinheiro até agosto, Marcos Pontes afirmou que o pagamento das bolsas do CNPq está garantido até o fim do ano. Ele disse que o ministro da Economia, Paulo Guedes, deverá assinar nos próximos dias uma portaria liberando R\$ 157 milhões, valor que cobrirá as bolsas nos próximos dois meses e que um projeto de lei enviado ao Congresso Nacional prevê mais R\$ 93 milhões para o mês de dezembro

“Fiquei muitas noites sem dormir, assim como muitos bolsistas que dependem dos recursos para continuar pesquisas e sobreviver”, afirmou.

O ministro também disse que serão descontingenciados R\$ 180 milhões para o projeto do acelerador de partículas Sirius, localizado em Campinas (SP). Com isso, os primeiros projetos deverão começar no ano que vem, com foco no pré-sal.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Pagamento de bolsas do CNPq está garantido este ano, diz governo

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou hoje (17) que os recursos para o pagamento das bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) estão garantidos até o fim do ano.

Segundo a pasta, foi efetuada a suplementação à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 para pagamento das bolsas para outubro, novembro e dezembro no valor de R\$ 250 milhões. Desse total, R\$ 93 milhões serão disponibilizados por meio do Projeto de Lei (PLN) nº 41, enviado ao Congresso Nacional em 15 de outubro.

O restante, R\$ 156,9 milhões, será disponibilizado por meio de portaria que deverá ser assinada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, nos próximos dias.

Para 2020, a proposta de lei orçamentária já prevê recursos para as atividades do CNPq e o problema não deve se repetir, segundo o ministério. De acordo com a pasta, a situação deste ano ocorreu devido ao orçamento insuficiente da lei orçamentária aprovada em 2018 que destinou recursos inferiores ao que era necessário para o CNPq.

“Havia uma preocupação muito grande com o pagamento das bolsas do CNPq. São 84 mil pesquisadores desde iniciação científica até pesquisadores seniores na espera desse resultado”, disse o ministro Marcos Pontes. “Os pesquisadores podem dormir sossegados e eu também até o final do ano”.

CNPq e Capes

Marcos Pontes reiterou seu posicionamento contrário a uma eventual fusão entre o CNPq, subordinado à sua pasta, e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

“Recebemos a proposta do MEC com relação a esses estudos de junção da **Capes** com o CNPq e uma resultante ficando no MEC. É possível a convivência, como já tem sido, das duas agências, cada uma com sua tarefa e um trabalho administrativo de gestão para reduzir os custos”, afirmou Pontes. “Vamos ter uma reunião com a Educação para discutir quais serão os destinos, mas a junção das duas é extremamente improvável”.

No último dia 11, em sua conta no Twitter, Marcos Pontes afirmou que a posição do MCTIC era contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do país.

topo ↕

REDE BRASIL ATUAL - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro tenta destruir sistema de financiamento da pesquisa científica no país

Enquanto o orçamento das agências de fomento desaba, governo fala em mudanças que podem desmantelar o protagonismo do país na produção de conhecimento

Para pesquisadora, mudanças têm como aspecto “mais dramático e danoso a posição subalterna de limitarmos a produção científica do país às pesquisas aplicadas, que proporcionam lucros imediatos”

São Paulo – Entre o golpe de 2016 e o governo Bolsonaro há uma continuidade que ameaça o papel do Brasil como um dos protagonistas da produção científica no mundo. De 2015 para 2019, o orçamento das agências de fomento à pesquisa e produção tecnológica ligadas ao governo federal caiu de R\$ 13,97 bilhões para R\$ 6,08 bilhões, um recuo de 56,5%, e que não cessa.

Para 2020, segundo dados do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e projeções do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o orçamento das agências recua a R\$ 4,4 bilhões. Esses números incluem o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ligada ao Ministério da Educação (MEC), e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que atua como órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Não bastasse esse efeito do fiscalismo neoliberal sobre o orçamento, agora o governo Bolsonaro fala em fusões e mudanças no âmbito dessas agências, que na prática podem extinguir importantes instrumentos de desenvolvimento tecnológico e científico, que foram capazes de levar o país, em 2016, à décima segunda posição mundial em produção de artigos científicos, segundo a agência norte-americana National Science Foundation (NSF), que relacionou um ranking com 50 principais países.

De um lado, o governo fala em fundir a **Capes** e o CNPq, o que daria à pasta da Educação plenos poderes sobre o financiamento da pesquisa, em um governo que ideologicamente se manifesta somente em favor da pesquisa que tem interesse de “mercado”. E de outro diz que pensa em transferir o FNDCT do Ministério da Economia para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa segunda mudança, alerta a comunidade científica, poderia acabar com a Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), vinculada ao MCTIC, e que tem muitos de seus financiamentos ligados à inovação.

Segundo a pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) Ana Beatriz Nader, essas mudanças têm como aspecto “mais dramático e danoso a posição subalterna de limitarmos a produção científica do país às pesquisas aplicadas, que proporcionam lucros imediatos, reiterando a filiação ao capitalismo selvagem predatório neoliberal e globalizado”.

Ana Beatriz também afirma que a recomendação do Ministério da Economia de que a Finep deve ir para o BNDES, desqualifica a missão do órgão, na medida em que BNDES é um banco obediente às regras da ‘Basileia’ – acordo em que regula a atuação de instituições financeiras no mundo, ratificado por mais por mais de 100 países em 1988, durante a Convenção de Basileia, na Suíça.

“Qualquer extinção/fusão/incorporação dessas agências será prejudicial e lesiva ao funcionamento do Sistema Nacional de CT&I”, alertaram no dia 2 de outubro 47 entidades acadêmicas, científicas e tecnológicas do país, signatárias de uma carta entregue a parlamentares. O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira, afirma que agências devem continuar independentes e complementares, como têm sido ao longo das últimas seis décadas.

Toda essa crise provocada pelo governo Bolsonaro se traduz no que disse a professora de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) Marilena Chaui à RBA na terça (15): “Mas o que está sendo feito pelo Weintraub?”, perguntou indignada a professora, referindo-se ao ministro da Educação, Abraham Weintraub. “Ele está devastando a educação brasileira, devastando a pesquisa e, portanto, ele está nos tirando da sociedade do conhecimento. Ele nos fará, portanto, apenas servidores daquilo que os criadores de conhecimento farão na metrópole. E nós somos a periferia da periferia.”

topo ↕

SUL21 - TEMPO REAL

Pesquisadores dão ‘abraço simbólico’ no CNPq e criticam possibilidade de fusão com a Capes

Centenas de pesquisadores e servidores da área de ciência e tecnologia deram um abraço simbólico no prédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na quarta-feira (16), em Brasília. O ato é uma resposta à notícia de que o governo está estudando a fusão do órgão com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A manifestação foi organizada pelo Sindicato Nacional de Gestores em Ciência e Tecnologia (SindGCT) e pela Associação dos Servidores do CNPq (Ascon). Segundo eles, a fusão pode substituir os dois órgãos de desenvolvimento da ciência por uma nova agência, em formato de fundação, controlada pelo Ministério da Educação (MEC). Já a Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), atualmente vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), seria absorvida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Um manifesto publicado por um grupo de 70 pesquisadores e divulgado pela Coalizão Ciência e Sociedade diz que é injustificada a desarticulação de órgãos que constituem referência em incentivo e apoio à pesquisa, à qualificação de recursos humanos e ao desenvolvimento. “Mesmo diante do quadro de retração dos investimentos em Ciência e Tecnologia e de sua desvalorização na agenda de governo, a possibilidade de fusão e do consequente enfraquecimento do CNPq e da **Capes**, de forma arbitrária e sem amplo debate, causa espanto e indignação”, escreveram.

O presidente do CNPq, João Luiz Azevedo, criticou fortemente a ideia da fusão, pois segundo ele, não irá criar nenhuma economia para o governo. “Se tem alguém achando que vai economizar dinheiro fundindo a **Capes** com o CNPq, não vai economizar nada. E o que é pior: se tem alguém no nosso sistema dizendo para alguém no governo que

vai economizar, ou não entende o sistema ou está mentindo e está mal-intencionado”, alertou, em entrevista ao Jornal da USP.

A pressão pela fusão estaria partindo do MEC, como forma de consolidar o controle do governo federal sobre as universidades públicas federais, que dependem largamente do CNPq para financiar suas atividades de pesquisa científica. A proposta do governo para 2020 é cortar o orçamento de fomento à pesquisa do CNPq em quase 90% e reduzir o orçamento geral da **Capes** em quase 50%.

“As bolsas que a gente faz são muito diferentes das bolsas que a **Capes** faz”, destacou Azevedo. Assim como a **Capes** não tem expertise para julgar bolsas e projetos de pesquisa científica, o CNPq não tem expertise para avaliar cursos de pós-graduação, completou ele. “Então, não vai economizar nada, vai continuar com o mesmo número de servidores ou vai economizar uma quantidade ridícula de dinheiro, que não justifica o transtorno que vai causar no país.”

* Com informações do Jornal da USP

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Nossa posição é ter CNPq e Capes separados, diz ministro; verba de bolsas deste ano está garantida

Marcos Pontes afirma que não faz muito sentido a junção dos dois órgãos de desenvolvimento da ciência

BRASÍLIA - O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, disse nesta quinta-feira, 17, ser contra a fusão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgãos de desenvolvimento da ciência do País. A proposta foi antecipada pelo Broadcast/Estadão. Pontes disse ainda que a verba para o pagamento das bolsas do órgão para este ano está garantida.

Segundo o ministro, a proposição foi feita pelo Ministério da Educação e está em discussão entre as pastas. Ele disse que o presidente Jair Bolsonaro não se posicionou sobre o assunto. "Nossa posição é que o CNPQ e a **Capes** se mantenham separadas. Se houvesse fusão das duas, o endereço correto (para a nova entidade) seria aqui, para se manter as políticas de ciência e tecnologia. Este é o ministério com essa função", afirmou.

O ministro disse que serão propostas mudanças de gestão e redefinição de funções entre as duas entidades para economizar recursos e garantir a separação das duas. "A junção das duas é extremamente improvável. Não faz muito sentido", completou.

Criados em 1951, os dois órgãos têm funções distintas. A **Capes** tem a missão de aprimorar a formação de profissionais de ensino superior, por meio da pós-graduação, além de ajudar na qualificação de professores de ensino básico e solidificar a educação a distância no País. Já o CNPq se concentra em fomentar projetos de pesquisa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

O ministro também confirmou que houve proposta de que a Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep) ir para o guarda-chuva do BNDES e disse que isso seria "improdutivo". "A Finep tem competências específicas e diferentes do BNDES. Por

enquanto não existe possibilidade de junção e a tendência é que permaneça como está", completou.

A proposta de fundir **Capes** e CNPq também é alvo de críticas da comunidade científica. Em carta divulgada na semana passada, associações - entre elas, Associação Brasileira de Ciência, Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Inovação - afirmam que a fusão poderia trazer consequências comprometedoras para o sistema de ensino e pesquisa do País.

"**Capes** e CNPq têm estruturas e finalidades específicas. CNPq tem como objetivo principal o apoio a pesquisadores. E na **Capes** as ações são mais institucionais. Uma fusão traria confusão para um sistema que desde a década de 50 trabalha de forma harmônica", afirmou o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Castro Moreira.

Governo deve liberar R\$ 157 milhões para bolsas nos próximos dias, diz Pontes
Depois de dizer que só teria dinheiro até agosto, Pontes afirmou que o pagamento das bolsas do CNPq está garantido até o fim do ano. Ele disse que o ministro da Economia, Paulo Guedes, deverá assinar nos próximos dias uma portaria liberando R\$ 157 milhões, que cobrirá as bolsas nos próximos dois meses e que um projeto de lei enviado ao Congresso Nacional prevê mais R\$ 93 milhões para o mês de dezembro

"Fiquei muitas noites sem dormir, assim como muitos bolsistas que dependem dos recursos para continuar pesquisas e sobreviver." O ministro também disse que serão descontingenciados R\$ 180 milhões para o projeto do acelerador de partículas Sirius, localizado em Campinas (SP). Com isso, os primeiros projetos deverão começar no ano que vem, como foco no pré-sal.

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - TEMPO REAL

Pagamento de bolsas do CNPq está garantido este ano, diz governo

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou hoje (17) que os recursos para o pagamento das bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) estão garantidos até o fim do ano.

Marcos Pontes

Segundo a pasta, foi efetuada a suplementação à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 para pagamento das bolsas para outubro, novembro e dezembro no valor de R\$ 250 milhões. Desse total, R\$ 93 milhões serão disponibilizados por meio do Projeto de Lei (PLN) nº 41, enviado ao Congresso Nacional em 15 de outubro.

O restante, R\$ 156,9 milhões, será disponibilizado por meio de portaria que deverá ser assinada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, nos próximos dias.

Para 2020, a proposta de lei orçamentária já prevê recursos para as atividades do CNPq e o problema não deve se repetir, segundo o ministério. De acordo com a pasta, a situação deste ano ocorreu devido ao orçamento insuficiente da lei orçamentária aprovada em 2018 que destinou recursos inferiores ao que era necessário para o CNPq.

“Havia uma preocupação muito grande com o pagamento das bolsas do CNPq. São 84

mil pesquisadores desde iniciação científica até pesquisadores seniores na espera desse resultado”, disse o ministro Marcos Pontes. “Os pesquisadores podem dormir sossegados e eu também até o final do ano”.

CNPq e Capes

Marcos Pontes reiterou seu posicionamento contrário a uma eventual fusão entre o CNPq, subordinado à sua pasta, e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

“Recebemos a proposta do MEC com relação a esses estudos de junção da **Capes** com o CNPq e uma resultante ficando no MEC. É possível a convivência, como já tem sido, das duas agências, cada uma com sua tarefa e um trabalho administrativo de gestão para reduzir os custos”, afirmou Pontes. “Vamos ter uma reunião com a Educação para discutir quais serão os destinos, mas a junção das duas é extremamente improvável”.

Agência Brasil

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC anuncia R\$ 43 milhões para finalização de obras em universidades federais
Entre as instituições contempladas estão a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O Ministério da Educação (MEC) anunciou que remanejou verbas em seu orçamento e liberou R\$ 43 milhões para a finalização de obras em instituições federais do ensino superior. A pasta não informou a origem inicial da verba.

Deste valor, R\$ 14,3 milhões serão destinados para 54 obras que já estão com 75% ou mais de execução. Já os outros R\$ 28,7 milhões terão como destino 42 intervenções que estejam com andamento inferior. Entre as obras, estão o complexo de saúde da Universidade Federal de Lavras (UFLA), em Minas Gerais, um núcleo integrado de pesquisa e inovação tecnológica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

"O objetivo é potencializar as obras que beneficiem os estudantes e sejam fontes potenciais de recursos", afirmou, em nota, o secretário de Educação Superior Arnaldo Lima.

O DIA - PI - OPINIÃO

Porque comemorar a profissão de professor(a) na distopia brasileira

Durante o ano de 2019 a educação, enquanto campo primordial de formação e desenvolvimento humano de um povo, vem, em nosso país, sofrendo ataques por parte das instâncias governamentais e de seus representantes. Cortes de verbas, contingenciamentos, proposições de mudanças nos projetos pedagógicos e nos currículos do ensino fundamental e médio, estão na pauta do retrocesso educacional. No ensino superior os cortes orçamentários e os contingenciamentos foram elevados a um nível que impede as Universidades Federais de funcionar plenamente, ao passo em que se propõe a privatização disfarçada das Instituições de Ensino Superior vinculadas ao governo federal, através do Programa Future-se, já rejeitado pela maioria das IES.

No que concerne aos ambientes de pesquisa, pós-graduação e desenvolvimento

tecnológico, os ataques têm sido orquestrados e implantados de forma a prejudicar potencialmente o futuro. Nas áreas vinculadas às humanidades, os cortes se apresentam maiores e o preconceito, enquanto desconhecimento da importância dos campos das humanidades e ciências sociais compromete o futuro do país como livre e independente. Uma das medidas mais drásticas em formatação é a que pretende fundir as agências de fomento CAPES e CNPq, destruindo a capacidade das duas instituições de atuar, cada uma em seu âmbito de fomento à pós-graduação e à pesquisa no Brasil.

Por outro lado, a figura da/do docente vem sendo atacada frontalmente, tanto pelo senhor que hoje ocupa o cargo máximo da nação, o Presidente, Jair Bolsonaro, que já nos chamou de “idiotas úteis”, enquanto que o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, que mais se ocupa em destruir o campo da educação, recentemente, denominou os professores universitários de “zebras gordas”.

Declaradamente, o governo em suas diversas áreas de atuação, trava uma batalha contra a educação e contra as/os docentes. Suas pautas principais, complexas e prejudiciais à nação a curto, médio e longo prazo, a saber: a pauta econômica neoliberal de um capitalismo selvagem já desaprovado e em mutações na maioria dos países desenvolvidos; e, a pauta conservadora imposta por uma moral neopentecostal que se alastra pelo nosso país; procuram reduzir os investimentos em educação e privatizar o que for possível, relegando a grande maioria da população brasileira à ignorância, visto que impedidos de desenvolver o pensamento, nosso povo retornará ao status de homem-lavoro, quando não escravo, que trabalha, produz, não pensa, não critica, não contesta, odeia a política e as ideologias e se deixa dominar pacificamente.

Então me pergunto, enquanto professora do ensino superior da rede federal pública e gratuita: _ o que há para comemorar nesse cenário distópico? Muitos perguntam: _ você trabalha ou só dá aulas? Faz alguma coisa além de ir para a Universidade? Trabalha em alguma empresa também?

Pois bem, grande parte da nossa população embora compartilhe posts de parabéns aos “coitados” dos/das professores(as), nem gostaria de ser professor, nem tampouco consideram a docência uma profissão, visto que tem consciência da remuneração e do reconhecimento baixos.

Mas o que há para comemorar? Na verdade, para além da distopia governamental midiática que nos insere em um momento histórico quase ucrônico, temos muito a comemorar.

Quando comecei um curso de graduação na Universidade Federal do Piauí na década de 1990, o acesso era extremamente restrito. O número de vagas reduzido. Na primeira década do atual século os governos do Partido dos Trabalhadores ampliaram as ofertas, abriram novos campi, abriram novas universidades, descentralizando a disseminação e a produção do conhecimento, democratizando o acesso à educação através da política de cotas, que visa corrigir injustiças históricas.

Nessa conjuntura de abertura e impulsionamento da educação e do ensino superior, eu, já enquanto professora, presenciei a mudança de perfil dos discentes, comecei a ter em sala de aula, alunos pobres, negros, portadores de alguma deficiência, vindos de vários estados, com matrizes culturais e religiosas distintas, conformando uma diversidade

cultural maravilhosa. O número de aprovados foi elevado para 5 vezes mais do que quando comecei o curso de jornalismo em 1993.

Esse investimento transformou a universidade pública e a dotou de uma pluralidade maior de pensamento, proporcionando a mudança de vida dos alunos (as) que tiveram e tem a oportunidade de estudar em uma Universidade Federal em todo o país, antes destinada aos bem-nascidos na elite. Do ponto de vista econômico o país vivenciou uma ascensão das classes sociais menos favorecidas que terminaram entrando para a classe C, visto o acesso aos bens de consumo que passaram a ter. Isto não tem volta, quem começou a pensar não se transformará em um fantoche social comandado por elite conservadora que deseja a volta da empregada doméstica escravizada.

Temos sim, muito a comemorar, pois fizemos e fazemos parte da mudança. Um país foi mudado para melhor e não deixaremos que a ganância de poucos leve nosso povo de volta à miséria e a ignorância, nem que fique à mercê dos mercadores da fé que ficam à espreita nas esquinas em busca de fiéis para atingir suas metas e conseguir ganhar mais em suas igrejas-empresas.

Mas o que faz um docente em uma universidade pública? Em primeiro lugar não trabalhamos somente 8 horas como a maioria das pessoas. Trabalhamos 24 horas por dia, todos os dias da semana. Não apenas estamos na sala de aula, mas preparamos as aulas para turmas de graduação e pós-graduação. Corrigimos trabalhos, avaliações e acompanhamos os trabalhos práticos em campo. Temos vários orientandos que vão da Iniciação Científica Voluntária aos mais elevados níveis da formação stricto sensu e atendemos aos orientandos, às vezes em plena madrugada, sobretudo, quando o prazo para entrega de monografias, dissertações e teses se aproxima.

Mas, não nos ocupamos somente da docência, somos cientistas, somos pesquisadores e temos projetos em vigência permanentemente. No campo da pesquisa participamos de redes nacionais e internacionais. Somos escritoras(es), publicamos artigos nas melhores revistas qualificadas. Publicamos e organizamos livros que trazem nossas pesquisas científicas e comprovam nossas parcerias. Tudo de extrema importância para situar nossos cursos de graduação, nosso Programa de Pós-Graduação, nossa Universidade, nosso estado e nosso país no cenário da pesquisa mundial.

Então temos muito a comemorar pelas centenas de discentes com quem conseguimos trocar conhecimento, pelas dezenas de pesquisas que realizamos, pelas dezenas de publicações que fizemos, mas, principalmente, porque enquanto professores podemos mudar a realidade de muitos. Por fim, me curvo a todos os meus mestres e mestras, e, em especial, a mais importante de todas: minha mãe, Francisca Maria de Barros Rêgo Leal, professora dedicada e competente que mudou a vida de muita gente.

[topo](#) ↕

ACORDA CIDADE - TEMPO REAL

Comissão da Câmara aprova R\$ 600 milhões para a Capes em 2020

Agência Brasil - A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020. “Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas”, afirmou.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas sejam aprovadas por deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Comissão da Câmara aprova R\$ 600 milhões para a Capes em 2020

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020. “Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas”, afirmou.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas sejam aprovadas por deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

topo ↕

BOL NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Comissão da Câmara aprova R\$ 600 milhões para a Capes em 2020

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou ontem um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

topo ↕

BRASIL247 - NOTÍCIAS

Servidores do CNPq realizam ato contra o desmonte da agência

Um ato realizado nesta quarta-feira (16), no CNPq, marcou a manifestação de servidores colaboradores e pesquisadores vinculados a instituição contra o projeto de extinção da agência ou sua possível fusão com a CAPES

Centenas de pessoas, entre servidores, colaboradores, pesquisadores e representantes de entidades do setor fizeram um grande círculo ao redor do prédio do CNPq, em Brasília, em um abraço simbólico em defesa da preservação da agência, tendo em vista a informação de que há um projeto de medida provisória de iniciativa do MEC, já finalizado, que pretende extinguir o CNPq e **CAPES** para criar uma nova fundação.

O ato contou com a presença do Secretário do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e ex-diretor do CNPq, Marcelo Morales, de diretores do Andes SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Universidades), Caroline de Araújo Lima, do ex-governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, e da vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Fernanda Sobral.

O Sindicato nacional de Gestores em Ciência e Tecnologia - SindGCT e a Associação dos Servidores do CNPq – ASCON, organizadores do Ato entendem que uma eventual fusão não é adequada para nenhuma das duas agências, considerando que elas têm funções, atuação e objetivos diferentes, sendo que o CNPq promove e fomenta a pesquisa, a tecnologia e a inovação, enquanto a **CAPES** é responsável pelo desenvolvimento e avaliação dos cursos de pós-graduação no país.

Assim, uma fusão entre elas pode prejudicar significativamente a missão de cada uma e desestruturar o Sistema Nacional de C&T.

topo ↕

CGN - PR - TEMPO REAL

Acordo entre UEM e Tecpar fortalece pesquisa e soluções tecnológicas

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) e o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) vão trabalhar em parceria para fortalecer a pesquisa e o desenvolvimento de soluções tecnológicas no Paraná.

As entidades assinaram quarta-feira (16) um termo de cooperação ampla reunindo as principais autoridades da Universidade e do Instituto. A ideia é aglutinar o potencial científico produzido pelos professores e pesquisadores da UEM e os especialistas do

Tecpar no sentido de abrir possibilidades mútuas e fazer chegar ao setor produtivo, por meio da expertise do Instituto, inovações desenvolvidas na academia.

A UEM produz conhecimento nos cursos de mestrado e doutorado, tendo como apoio os laboratórios de ponta alocados no Complexo de Centrais de Apoio à Pesquisa (Comcap). O Tecpar, instituição também pública, com 80 anos, produz medicamentos para o Ministério da Saúde, desenvolve soluções tecnológicas, faz avaliação da conformidade e prestação de serviços tecnológicos ao mercado e, ainda, a gestão de parques e incubadoras tecnológicas.

IMEDIATOS - Os trabalhos começarão imediatamente. Como fruto desta proximidade, técnicos do Tecpar, orientados pelo representante do Instituto em Maringá, Nilson Marcos Tazinafo, poderão utilizar uma sala no campus cedida pela Universidade.

“A cooperação representa uma convergência de forças”, disse o reitor Julio César Damasceno. Ele lembrou o potencial científico da UEM gerado pelas dissertações de mestrado e teses de doutorado ligadas aos 56 programas de pós-graduação.

O reitor ressaltou, ainda, o grau de excelência da instituição, que é reconhecida fora e dentro do Brasil. Prova disso, segundo Damasceno, foi o convite que a UEM recebeu da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Comissão Fulbright Brasil para integrar o Laboratório de Internacionalização do Conselho Americano de Educação.

COMPLEMENTAM - O diretor-presidente do Tecpar, Jorge Callado, também destacou a parceria e afirmou ter a convicção de que as atividades desenvolvidas pelas partes se complementam, em benefício da sociedade.

“Essa parceria é de extrema importância para os setores produtivos do Paraná, uma vez que temos a proximidade do Tecpar com a universidade. As instituições vão compartilhar conhecimento e unir suas competências para apoiar empresas, cooperativas e startups”, afirmou.

Diretor de Novos Negócios e Relações Institucionais do Tecpar, Lindolfo Junior comemorou o termo de cooperação e afirmou estar convencido de que esta união vai frutificar.

A cerimônia de assinatura do documento reuniu, ainda, entre outras autoridades, o vice-reitor da UEM, Ricardo Dias Silva; o pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Clóves Cabreira Jobim; o coordenador estratégico da Incubadora Tecnológica de Maringá, Marcelo Farid; além de servidores do Tecpar.

topo ↕

DIÁRIO DO LITORAL - NOTÍCIAS

Comissão da Câmara aprova R\$ 600 milhões para a Capes em 2020

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020. “Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas”, afirmou.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas sejam aprovadas por deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

topo ↕

DIÁRIO DOS CAMPOS - TEMPO REAL

Comissão da Câmara aprova R\$ 600 milhões para a Capes em 2020

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020. “Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas”, afirmou.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas sejam aprovadas por deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

topo ↕

ESHOJE - GERAL

Comissão da Câmara aprova R\$ 600 milhões para a Capes em 2020

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento**

de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 2020. Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020. “Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas”, afirmou.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas sejam aprovadas por deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Por Agência Brasil

topo ↕

FOLHA DE DOURADOS - TEMPO REAL

Doutorando da UFGD analisa as redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul

Alex Dias de Jesus é doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFGD. Alex Dias de Jesus é doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFGD.

Longe dos grandes centros urbanos com ofertas de emprego mais abundantes, as cidades de Mato Grosso do Sul são atraentes para os migrantes haitianos principalmente por causa das redes de parentes, amigos ou conhecidos que já estão no estado e facilitam de alguma maneira a chegada dos demais, seja enviando dinheiro, informações ou dividindo o aluguel na cidade de destino. A permanência, no entanto, vincula-se ao emprego em indústrias de médio e grande porte no interior do estado.

Analisar as dinâmicas dessa migração é o foco da tese de Alex Dias de Jesus, professor do Instituto Federal do Piauí (IFPI) e que está fazendo Doutorado em Geografia da UFGD. Nesta entrevista, o pesquisador comenta sobre as características dos migrantes em MS, o que os douradenses podem fazer para colaborar com os haitianos, os novos fluxos que se deram a partir da crise econômica no Brasil, a criação de políticas que querem impedir a mobilidade dos migrantes nos vários países americanos, os riscos de roubo e agressão no trajeto pelo continente, a vulnerabilidade frente aos agenciadores de contrabando de pessoas e sobre como o aplicativo WhatsApp tem ajudado na troca de informações entre os migrantes. O orientador do trabalho é o professor Jones Dari Goettert.

O título da tese que Alex Dias está finalizando é "Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul" e contou com um período de estágio de Doutorado Sanduíche na Universidad de Guadalajara, com bolsa **CAPES**, quando pôde acompanhar novos fluxos da migração dos haitianos entre México e Estados Unidos. Esse estágio foi importante para verificar in loco a realidade de quem saiu do Brasil e ficou na fronteira do México buscando entrada nos EUA. De acordo com os dados do El Colegio de la Frontera Norte (El Colef), durante o ano de 2017, nove de cada 10 haitianos nos albergues de Tijuana (México) eram procedentes do Brasil.

Confira a entrevista na íntegra:

Mesmo com a desaceleração da economia em 2015 e 2016, os primeiros meses de 2018 registraram a vinda de aproximadamente 1,2 mil haitianos por Corumbá. Por que o MS está entre os destinos dos migrantes haitianos?

Alex Dias: Há uma estreita relação entre a mobilidade haitiana e as políticas migratórias no mundo inteiro e mais recentemente na América do Sul. Assim como o Brasil, o Chile também se tornou um importante destino dessa migração nos últimos anos, inclusive com haitianos que saíram do Brasil em um período de retração do emprego, principalmente entre 2015 e 2016. Porém, a eleição de Sebastián Piñera para a presidência do Chile, em 2018, trouxe mudanças na política migratória chilena que passou a restringir a entrada e a permanência de haitianos no país, bem como estimular a saída através do pagamento de passagens de volta para o Haiti em troca do compromisso de não retorno em um período de nove anos.

Como muitos deles possuem familiares e amigos no Brasil, passaram então a redefinir os projetos migratórios, saindo do Chile, atravessando a Bolívia e ingressando no Brasil através do município de Corumbá. Mas, diferente dos anos anteriores em que podiam solicitar um visto humanitário em diversas repartições consulares do Brasil no exterior, desde abril de 2018 esse visto só é emitido no Haiti, o que dificulta para quem já está fora do país há meses ou anos. Por isso, os haitianos que chegam em Corumbá estão indocumentados e geralmente são mais vulneráveis a roubos e extorsões.

Quais as características dessa migração?

Trata-se de uma migração de adultos jovens, com maioria entre os 25 e 35 anos, justamente a faixa etária que melhor se insere nas atividades laborais destinadas aos migrantes, principalmente nos frigoríficos. Nos anos iniciais, a presença masculina era quase exclusiva, mas hoje as mulheres representam mais de 40% do total no estado. Quanto à escolaridade, predomina a educação básica incompleta, embora algumas pessoas tenham graduação e domínio de vários idiomas.

Aqui no Mato Grosso do Sul, os primeiros chegaram via recrutamento de empresas localizadas nos municípios de Três Lagoas, Itaquiraí e Campo Grande. Com o tempo ocorreu uma dispersão para Nova Andradina, Naviraí e principalmente Dourados, onde registramos o maior crescimento nos últimos dois anos: de cerca de 300 pessoas em 2017 para mais de 800 em 2019. Dois fatores ajudam a explicar essa mobilidade interna entre os municípios do estado: o mercado de trabalho e as redes de solidariedade entre os próprios haitianos.

Pelos relatos dos haitianos que você entrevistou para a sua pesquisa, como é a receptividade dos douradenses? Quais desafios são mais comuns?

Nas minhas entrevistas pude conhecer haitianos de várias regiões do Haiti, assim como de diversas classes sociais e níveis educacionais. Isso tem influenciado na maneira como se inserem nos locais de destino. Para aqueles escolarizados, com fluência em mais de um idioma e com experiência migratória em outro país, a integração com brasileiros parece menos difícil. Em Dourados, pude perceber que os laços sociais entre os haitianos são bastante densos enquanto com os douradenses os laços são mais frágeis, geralmente restritos ao ambiente de trabalho.

O que as pessoas podem fazer para colaborar? Você conhece algumas iniciativas, como por exemplo o projeto da UFGD que ensina Português?

Penso que o primeiro passo que nós brasileiros devemos dar em direção à acolhida é compreender o significado de uma migração de crise, que é o caso dos haitianos e dos venezuelanos. Quando falo em migração de crise, quero dizer que a saída do país é, para grande parte da população, a única alternativa frente à instabilidade política, ao desemprego estrutural e à pobreza extrema. São pessoas com muita vontade de reconstruir suas vidas e por isso precisam de oportunidades tanto laborais quanto educacionais.

Ao longo dos quase dez anos de migração haitiana no Brasil, a maioria das iniciativas de ajuda partiu da sociedade civil, igrejas, universidades e voluntários independentes. Em Dourados não é diferente. Desde o início de 2017 um grupo de voluntários oferece aulas de Português gratuitamente. Essa iniciativa foi transformada em Projeto de Extensão da UFGD alguns meses depois e hoje conta com seis turmas em vários locais da cidade, envolvendo 12 voluntários. Durante esse período, cerca de 200 haitianos frequentaram as aulas e puderam se aproximar do idioma e da cultura local. Há também outro Projeto da UFGD, através da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, que presta orientação para a regularização documental, seja passaporte, vistos, CPF, Carteira de Trabalho, dentre outros.

As pessoas podem ajudar contratando um imigrante; com doações de roupas e alimentos para aqueles que ainda estão desempregados; doando seu tempo ou algum material para o ensino de Português ou até com ações mais simples do dia a dia como um auxílio no Posto de Saúde ou no supermercado.

Depois da crise humanitária que teve um ápice com o terremoto de 2010, muitos haitianos vieram para o Brasil, mas passaram em 2016 a buscar entrada nos EUA, fazendo esse caminho por terra, ou seja, cruzando as Américas do Sul e Central pelas fronteiras de vários países. Quais os principais obstáculos que você percebeu nos relatos dos migrantes? A selva do Darién, por exemplo, traz quais perigos?

Em 2016, milhares de haitianos deixaram o Brasil e se arriscaram por uma longa e perigosa viagem atravessando diversas fronteiras terrestres desde o Brasil até o México, tentando entrar nos Estados Unidos. Só para se ter uma ideia, em pesquisa realizada pelo El Colegio de la Frontera Norte (El Colef), foi constatado que, durante o ano de 2017, nove de cada 10 haitianos nos albergues de Tijuana (México) eram procedentes do Brasil.

As viagens duravam em média de dois a três meses, a depender dos recursos e dos obstáculos que encontravam no caminho. Como se tratava de uma migração indocumentada, ou seja, sem visto de entrada em alguns países, eles ficavam expostos a roubos, às extorsões da polícia ou dos coiotes e até mesmo à morte, como aconteceu com migrantes na Nicarágua e na Selva do Darién, no Panamá.

A Selva do Darién é uma densa floresta entre a Colômbia e o Panamá. É o único trecho de descontinuidade da rodovia Pan-Americana, que liga o Alasca até a Patagônia. É uma área montanhosa, com muitos rios e por isso de difícil travessia. Somente caminhando vários dias e utilizando barcos é possível atravessá-la. Ouvi relatos de migrantes que cruzaram com corpos no caminho. Pessoas que morreram afogadas ou de fome e lamentavelmente não conseguiram dar continuidade à viagem.

Observando a proximidade geográfica do Haiti com os EUA, chama a atenção a enorme distância que estão percorrendo por via terrestre depois de saírem do Brasil, tentando entrar pelo México. Quem lucra com a migração ilegal?

Pois é, chama atenção uma migração tão longa, atravessando mais de 10 países do continente. Essa é a alternativa para evitar a deportação, caso entrem por via aérea. Na quase totalidade dos casos, os haitianos apenas passam pelos países e não permanecem. A história recente tem mostrado que impedir o trânsito não diminui a migração, mas empurra os migrantes para travessias clandestinas, mais onerosas e perigosas. Nesses casos, entram em ação os agenciamentos para o contrabando de pessoas que cobram para auxiliar os migrantes no trajeto, mas não podem garantir segurança nem o sucesso da migração. Por trás de uma medida restritiva há uma "rota de fuga", um escape que pode dar certo ou pode dar errado.

Como você avalia a tentativa de alguns países em impedir o trânsito de haitianos? Como funcionam as barreiras institucionais e a criminalização?

Nas últimas duas décadas, o aumento dos fluxos de migrantes ao redor do mundo veio acompanhado de medidas restritivas à mobilidade humana. Em muitos países, além de impedir a entrada dos migrantes, as barreiras institucionais dificultam a regularização daqueles que já estão dentro e isso provoca o surgimento de pessoas em situação indocumentada. Isso significa que essas pessoas enfrentarão dificuldades para conseguir ou se manter em um emprego, dificilmente conseguirão estudar e se tornarão mais facilmente explorados no destino.

Qual a diferença entre migrante e refugiado?

O impedimento de entrada de refugiados é ainda mais grave, tendo em vista que se diferem dos migrantes tradicionais por estarem fugindo de algum tipo de perseguição ou por existir um fundado temor de perseguição. Nesses casos, voltar ao país de origem põe em risco a própria vida. Em tese, os países signatários da Convenção de Genebra de 1951 – Convenção das Nações Unidas que regulamenta a matéria no Direito Internacional – não podem devolver um refugiado que se encontre dentro de suas fronteiras, exceto se comprometer a ordem pública ou a segurança nacional. Na prática, muitos solicitantes de refúgio têm seus pedidos negados e permanecem arriscando suas vidas no país de origem ou em outros destinos.

E na teoria, os haitianos deveriam ser considerados refugiados?

No Brasil eles não são considerados refugiados, mas essa questão não é consensual. Considerando que as solicitações de refúgio são analisadas individualmente, talvez alguns haitianos pudessem obter o status de refugiado baseado em algum tipo de perseguição ou grave e generalizada violação dos direitos humanos. Entretanto, os haitianos que estão no Brasil representam uma diversidade muito grande e muitos deles não sofreram violações que justificariam esse tipo de proteção.

A lei 9.474/1997 – O Estatuto do Refugiado – define que, além das perseguições, a grave e generalizada violação dos direitos humanos é motivo para conceder o status de refugiado. Para os haitianos, assim como acontece com as demais nacionalidades, deve-se analisar os casos individualmente.

A comunicação virtual pelo aplicativo WhatsApp apareceu como um dado relevante na sua pesquisa. Como essa troca de informações colabora para os migrantes atravessarem os países?

As migrações atuais estão profundamente marcadas pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte. Eles contribuem para estimular a mobilidade das pessoas na medida em que encurtam o tempo de deslocamento e propiciam informações atualizadas do destino e do caminho. Obter informações detalhadas pode fazer muita diferença na hora de migrar. Ter um aparelho celular e conexão com internet é fundamental na migração haitiana, por exemplo. Por meio do aplicativo WhatsApp circulam informações sobre que ônibus pegar, que tipo de documentação é necessária para entrar em determinado país, sobre quem procurar quando chegar em determinado local, enfim, uma série de recursos que diminuem os riscos e os custos das viagens. Na migração recente dos haitianos pelo continente americano, as rotas estabelecidas podem mudar quando um migrante anterior avisa dos perigos que encontrou no caminho. São estratégias de contornar as barreiras físicas ou jurídicas impostas à mobilidade atual. Então essa troca de informações tem sido intensa, mas é seletiva. Precisa haver algum tipo de confiança para obter certos detalhes.

[topo](#)

FOLHA DE TOCATINS - TEMPO REAL

Comissão da Câmara aprova R\$ 600 milhões para a Capes em 2020

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-

graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020. “Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas”, afirmou.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas sejam aprovadas por deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

topo ↕

GOVERNO DO PARANÁ - TEMPO REAL

Acordo entre UEM e Tecpar fortalece pesquisa e soluções tecnológicas

Objetivo é aglutinar o potencial científico produzido por professores e pesquisadores da UEM e os especialistas do Tecpar para abrir possibilidades mútuas e fazer chegar ao setor produtivo.

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) e o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) vão trabalhar em parceria para fortalecer a pesquisa e o desenvolvimento de soluções tecnológicas no Paraná.

As entidades assinaram quarta-feira (16) um termo de cooperação ampla reunindo as principais autoridades da Universidade e do Instituto. A ideia é aglutinar o potencial científico produzido pelos professores e pesquisadores da UEM e os especialistas do Tecpar no sentido de abrir possibilidades mútuas e fazer chegar ao setor produtivo, por meio da expertise do Instituto, inovações desenvolvidas na academia.

A UEM produz conhecimento nos cursos de mestrado e doutorado, tendo como apoio os laboratórios de ponta alocados no Complexo de Centrais de Apoio à Pesquisa (Comcap). O Tecpar, instituição também pública, com 80 anos, produz medicamentos para o Ministério da Saúde, desenvolve soluções tecnológicas, faz avaliação da conformidade e prestação de serviços tecnológicos ao mercado e, ainda, a gestão de parques e incubadoras tecnológicas.

IMEDIATOS - Os trabalhos começarão imediatamente. Como fruto desta proximidade, técnicos do Tecpar, orientados pelo representante do Instituto em Maringá, Nilson Marcos Tazinafo, poderão utilizar uma sala no campus cedida pela Universidade.

“A cooperação representa uma convergência de forças”, disse o reitor Julio César Damasceno. Ele lembrou o potencial científico da UEM gerado pelas dissertações de mestrado e teses de doutorado ligadas aos 56 programas de pós-graduação.

O reitor ressaltou, ainda, o grau de excelência da instituição, que é reconhecida fora e dentro do Brasil. Prova disso, segundo Damasceno, foi o convite que a UEM recebeu da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Comissão Fulbright Brasil para integrar o Laboratório de Internacionalização do Conselho Americano de Educação.

COMPLEMENTAM - O diretor-presidente do Tecpar, Jorge Callado, também destacou a parceria e afirmou ter a convicção de que as atividades desenvolvidas pelas partes se complementam, em benefício da sociedade.

“Essa parceria é de extrema importância para os setores produtivos do Paraná, uma vez que temos a proximidade do Tecpar com a universidade. As instituições vão compartilhar conhecimento e unir suas competências para apoiar empresas, cooperativas e startups”, afirmou.

Diretor de Novos Negócios e Relações Institucionais do Tecpar, Lindolfo Junior comemorou o termo de cooperação e afirmou estar convencido de que esta união vai frutificar.

A cerimônia de assinatura do documento reuniu, ainda, entre outras autoridades, o vice-reitor da UEM, Ricardo Dias Silva; o pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Clóves Cabreira Jobim; o coordenador estratégico da Incubadora Tecnológica de Maringá, Marcelo Farid; além de servidores do Tecpar.

Saiba mais sobre o trabalho do Governo do Estado em:

<http://www.facebook.com/governoparana> e www.pr.gov.br

topo ↕

HOJE EM DIA - MG - TEMPO REAL

Comissão da Câmara aprova R\$ 600 milhões para a Capes em 2020

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020. “Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas”, afirmou.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas sejam aprovadas por deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

topo ↕

JORNAL DA USP - SP - GERAL

**Pesquisadores “abraçam” CNPq e criticam proposta de fusão com a Capes
Cientistas manifestaram “espanto e indignação” com intenção do governo de
mesclar agências do MCTIC e MEC; o que não traria nenhuma economia real de
recursos, segundo presidente do conselho**

Pesquisadores intensificaram nesta semana críticas à possível extinção das agências de fomento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). O governo estuda fundir o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, e possivelmente substituí-los por uma nova agência, em formato de fundação, controlada pelo Ministério da Educação (MEC). Já a Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), atualmente vinculada ao MCTIC, seria absorvida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“Mesmo diante do quadro de retração dos investimentos em Ciência e Tecnologia e de sua desvalorização na agenda de governo, a possibilidade de fusão e do consequente enfraquecimento do CNPq e da **Capex**, de forma arbitrária e sem amplo debate, causa espanto e indignação”, diz um manifesto divulgado pela Coalizão Ciência e Sociedade — um grupo de 70 pesquisadores, de diversas instituições (17 deles ligados à Universidade de São Paulo). “É injustificada a desarticulação de órgãos que constituem referência em incentivo e apoio à pesquisa, à qualificação de recursos humanos e ao desenvolvimento.”

“Não há espaço para planejamentos míopes e de curto prazo quando se trata do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Os impactos de tais mudanças geram danos que não podem ser mitigados rapidamente e condenam o Brasil à perda de competitividade, de independência e de condições para o enfrentamento de crises que afetam vários setores da economia e da sociedade”, conclui o manifesto.

Centenas de pesquisadores e servidores da área de ciência e tecnologia deram um abraço simbólico nesta quarta, 16, no prédio do CNPq em Brasília. O ato foi organizado pelo Sindicato Nacional de Gestores em Ciência e Tecnologia (SindGCT) e a Associação dos Servidores do CNPq (Ascon), em resposta a relatos de que já haveria uma Medida Provisória (MP) pronta para decretar a fusão das agências, aguardando apenas a assinatura do presidente Jair Bolsonaro para ser publicada.

“Tem um documento? Parece que tem. Eu nunca vi, mas parece que tem”, disse o presidente do CNPq, João Luiz Azevedo, na terça-feira (15/10), em reunião com representantes dos Comitês de Assessoramento (CAs) da agência.

Sem economia

Visivelmente irritado com a situação, Azevedo criticou fortemente a ideia da fusão — independentemente de ela acontecer dentro do MEC ou do MCTIC. “Se tem alguém achando que vai economizar dinheiro fundindo a **Capex** com o CNPq (...), não vai economizar nada”, disse. “E o que é pior: se tem alguém no nosso sistema dizendo para alguém no governo que vai economizar, ou não entende o sistema (...) ou está mentindo e está mal-intencionado.”

Segundo fontes próximas à pasta, a pressão pela fusão estaria partindo do MEC, como forma de consolidar seu controle sobre as universidades públicas federais — que

dependem largamente do CNPq para financiar suas atividades de pesquisa científica. O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, defendeu a fusão na última reunião do Conselho Superior da agência, segundo o relato de conselheiros presentes. Procurada pela reportagem na semana passada, a agência respondeu apenas que o MEC “acatará a decisão que o presidente da República considerar mais conveniente para o Brasil”.

A proposta do governo para 2020 é cortar o orçamento de fomento à pesquisa do CNPq em quase 90% (restando-lhe apenas recursos para bolsas) e reduzir o orçamento geral da **Capes** em quase 50%. Já o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), cujos recursos são gerenciados pela Finep, deve começar o ano com 87% de seus valores já contingenciados. Pesquisadores temem que esse esvaziamento das agências seja um prenúncio de fechamento do próprio MCTIC, que ficaria extremamente fragilizado numa próxima reforma ministerial.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, criticou publicamente a proposta na semana passada. “Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sombreamento de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq”, escreveu Pontes em sua conta oficial no Twitter, no fim da tarde de sexta-feira, 11 de outubro — mesmo dia em que entidades do setor enviaram uma carta conjunta a parlamentares e governantes, criticando a fusão. Mais de 70 entidades científicas, acadêmicas e tecnológicas endossaram o manifesto.

Missões distintas

Críticos destacam que a missão das agências são complementares, porém distintas, e exigem expertise específica. Resumidamente: o CNPq trabalha com pesquisa científica e a **Capes**, com programas de pós-graduação; enquanto que a Finep usa recursos do FNDCT para financiar projetos de infraestrutura de pesquisa e inovação tecnológica, tanto no setor público quanto privado.

“As bolsas que a gente faz são muito diferentes das bolsas que a **Capes** faz”, destacou Azevedo, na reunião dos CAs. Assim como a **Capes** não tem expertise para julgar bolsas e projetos de pesquisa científica, o CNPq não tem expertise para avaliar cursos de pós-graduação, completou ele. “Então, não vai economizar nada; vai continuar com o mesmo número de servidores ou vai economizar uma quantidade ridícula de dinheiro, que não justifica o transtorno que vai causar no País.”

Uma petição em defesa do CNPq, lançada em 13 de agosto pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), já recebeu quase 1 milhão de assinaturas na plataforma change.org.

topo ↕

JORNAL DO BRASIL - RJ - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Comissão da Câmara aprova R\$ 600 milhões para a Capes em 2020

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020. “Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas”, afirmou.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas sejam aprovadas por deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

topo ↕

MAIS EXPRESSÃO - TEMPO REAL

Comissão da Câmara aprova R\$ 600 milhões para a Capes

Valor garante mais 135 mil vagas para formação de professores

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020. “Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas”, afirmou.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas sejam aprovadas por deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

topo ↕

MT HOJE - TEMPO REAL

Comissão da Câmara aprova R\$ 600 milhões para a Capes em 2020

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020. “Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas”, afirmou.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas sejam aprovadas por deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

topo ↕

O ESTADO ONLINE - TEMPO REAL

Comissão da Câmara aprova R\$ 600 mi para a Capes em 2020

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. Segundo informações do MEC (Ministério da Educação), o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas sejam aprovadas por

deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). (Agência Brasil)

topo ↕

O POVO - CE - TEMPO REAL

Votação da cessão onerosa foi benéfica a municípios do Ceará, diz presidente da Aprece

Nilson Diniz ressalta que o "dinheiro novo" dará fôlego às contas dos municípios, mas lembra que Ceará poderia ter ganhado mais

O presidente da Associação dos Prefeitos do Ceará (Aprece), Nilson Diniz, considerou positiva votação no Senado na última terça-feira, 15, que definiu como serão distribuídos entre estados e municípios parte dos recursos do megaleilão do petróleo do pré-sal extraídos na costa do Rio de Janeiro. O texto aprovado pelos senadores foi o mesmo que saiu da Câmara, fruto de uma definição prévia entre as duas casas.

De um total de R\$ 106,56 bilhões, R\$ 72,9 bilhões ficarão com estados (15%), municípios (15%) e, separadamente, o Rio de Janeiro fica com 3%, enquanto estado produtor. No contexto local, R\$ 543,5 milhões serão repartido entre os 184 municípios. O cálculo para a repartição dos valores entre as cidades levam em conta a população e a renda per capita.

Assim, segundo estimativa da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Fortaleza, por exemplo, deve receber R\$ 93,5 milhões; Caucaia, R\$ 10,5 milhões; Juazeiro do Norte, Caucaia, Maracanaú e Sobral, R\$ 10,5 milhões.

Ao Estado, ficará reservado aproximadamente R\$ 789 milhões, conforme já noticiado por O POVO. O valor poderia ser maior. Estados do Nordeste foram os que mais perderam com o texto final. Dos 15% destinados aos entes, 10% serão oriundos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e 5% pela Lei Kandir, que prevê isenção de Imposto ICMS em produtos voltados à exportação. A alteração beneficia estados do Sul e Sudeste. O Ceará, então, perde R\$ 183 milhões.

"Imaginar que vem um dinheiro novo, que não está amarrado, garantido para fazer investimento ou colocar em fundo de Previdência, vai favorecer muitos os municípios, que fecham o ano com muita dificuldade", comemora Diniz diante das contas apertadas das prefeituras.

O conselho político da CNM, formado pelos 27 presidentes de associações de prefeituras, iria se reunir em Fortaleza, no Centro de Eventos, onde ocorre 1º Congresso dos Municípios, para tratar a questão. A reunião foi desmarcada em virtude da votação, que demandou a presença dos municipalistas em Brasília, preocupados que estavam em pressionar senadores.

Com o caso resolvido, o encontro foi cancelado, sem nova data para acontecer. Diniz não foi a Brasília, mas esteve com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) na semana passada, acompanhado de outros presidentes de associações de prefeituras.

Este conteúdo exclusivo para assinantes está temporariamente disponível a todos os leitores

Cortes na Ciência e Tecnologia são inexplicáveis, avalia Izolda Cela

Presente no Centro de Eventos para abertura da Feira do Conhecimento, outra programação que ocorre no espaço, a vice-governadora Izolda Cela (PDT) afirmou que o governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) tem levado a cabo "cortes bruscos e inexplicáveis, até na área de Educação, Ciência e Tecnologia." "Teria que ser na contramão disso aí."

Professora, ela cita que, na prática, isso se aplica via incentivo do Governo Estadual às instituições de pesquisa do Ceará. "Agora mesmo, a gente vai ver lançamento de pomada cicatrizante feita a partir de pesquisas feita pela Universidade Estadual do Ceará (Uece)", destacou em relação a feito de estudantes do mestrado de Biotecnologia em Saúde Humana e Animal.

Também prestigiando o evento, o assessor especial do ministro Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia), Aristides Pavani, discorda da visão da vice-governadora a respeito da condução do Planalto nas áreas. Indagado sobre o pagamento a bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ele respondeu que a pasta já recebeu recursos, na ordem de R\$ 300 milhões, para realizar pagamentos até o fim deste ano.

Ele destaca que Abraham Weintraub (ministro da Educação) e Marcos Pontes são responsáveis pela nova maneira de gerir as respectivas áreas, sem que isso signifique que elas estejam em precarização. "Quando você faz coisas novas, você tem resistências", diz, citando reações de "dentro das universidades, dos estudantes, dos professores e também de quem está em volta apoiando." Pavani admite que, por vezes, há "choque de ideias" entre o Governo Federal e a população. "Às vezes tem exagero de um lado e do outro." (Carlos Holanda)

Fundeb

Outros debates nos quais a Aprece deverá se aprofundar e se articular, cita Diniz, é o do novo Fundeb que, conforme já revelado por O POVO, 90% das cidades cearenses dependem dos repasses.

Pacto

Diniz também citou a proximidade de um debate sobre novo pacto federativo. Municipalistas sustentam que a vida ocorre nos municípios, razão pela qual os recursos têm de ser descentralizados.

FUSÃO

O governo Bolsonaro sinalizou pretensão de fundir CNPq e **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

[topo](#)

PLANTÃO EM FOCO - TEMPO REAL

Capex recebe R\$ 600 milhões em 2020

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020.

Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-

graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020.

“Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas”, afirmou.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas sejam aprovadas por deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

topo 

PORTAL CARTA CAPITAL - TEMPO REAL

Fusão entre Capes e CNPq gera protestos até dentro do governo

O governo Bolsonaro estuda fundir a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Existem rumores de que há uma medida provisória pronta para decretar a fusão das agências, aguardando apenas a assinatura do presidente.

A comunidade científica se opõe à medida e fala em desestruturação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, com graves impactos no funcionamento das instituições de pesquisa e universidades, sucateamento de laboratórios e êxodo de pesquisadores, além de impactos negativos na sociedade, na economia e na qualidade de vida das pessoas.

Na tarde da quarta-feira 16, centenas de pesquisadores e servidores da área de ciência e tecnologia deram um abraço simbólico no prédio do CNPq em Brasília, em um ato de protesto contra a possível fusão do conselho com a **Capes**.

A proposta de fusão

A proposta nasceu do Ministério da Educação e teria como prerrogativa a redução de custos, ainda que os dois órgãos não sejam atrelados à pasta. Apenas a **Capes** é do MEC. O CNPq é ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). O projeto de lei orçamentária para 2020 prevê que a **Capes** conte com 2,2 bilhões de reais, quase a metade da previsão de 2019 (51,7%) ou 64,1% do valor real (pós-contingenciamento). A previsão orçamentária do CNPq em 2020 é praticamente o mesmo autorizado em 2019, 1,2 bilhão de reais.

A ideia é que a fusão dê origem a uma nova agência, em formato de fundação,

controlada pelo Ministério da Educação. Já a Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), atualmente vinculada ao MCTIC, seria absorvida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Seu papel é conceder recursos reembolsáveis e não-reembolsáveis a instituições de pesquisa e empresas brasileiras, com apoio a todas as etapas e dimensões do ciclo de desenvolvimento científico e tecnológico: pesquisa básica, pesquisa aplicada, inovações e desenvolvimento de produtos, serviços e processos.

Criadas em 1951, **Capes** e CNPq têm funções distintas. A primeira é ligada à expansão, consolidação e avaliação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. Também atua na formação de professores da educação básica, ampliando o alcance de suas ações na formação de pessoal qualificado, no Brasil e no exterior. Já o CNPq tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros.

Divergências

A proposta causa divergência entre os próprios integrantes do governo. Em um post feito em suas redes sociais, o ministro do MCTIC, Marcos Pontes, se mostrou contrário à ideia do MEC e do governo. “A posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País”.

CartaCapital questionou o MEC sobre a proposta e sobre as dissidências ocasionadas no governo. A pasta respondeu, via assessoria de comunicação: “O Ministério da Educação acatará a decisão que o presidente da República considerar mais conveniente para o Brasil”.

Também em nota, o CNPq afirmou ser contra a fusão, tendo em vista a diferença de missão e atuação de cada uma das agências. “Reforçamos que ambas são essenciais dentro dos seus propósitos e uma fusão entre elas pode prejudicar significativamente a missão de cada uma.”

Reações

No último dia 10, oito entidades que compõem a Iniciativa para Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br), apoiadas por mais de 47 instituições acadêmicas, científicas e tecnológicas de todo o País, elaboraram uma carta contra a fusão, posteriormente entregue a parlamentares da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Câmara dos Deputados, e a senadores e deputados do Congresso Nacional.

No texto, o grupo reafirma a importância da manutenção das três agências de fomento federais com recursos compatíveis às suas funções. “Qualquer extinção/fusão/incorporação dessas agências será prejudicial e lesiva ao funcionamento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação”. O documento ainda reforça o papel da área para o desenvolvimento econômico e social e para a soberania de qualquer país.

Ainda de acordo com as entidades, o argumento de que o país passa por uma crise e há falta de recursos para a área não se aplica. “Os recursos para essas áreas no Orçamento da União correspondem a apenas 0,25% de seu valor total. Os signatários alertam que “a redução drástica de recursos para essas áreas é uma decisão política”.

A Coalizão Ciência e Sociedade, composta por membros da sociedade civil, também lançou um manifesto em defesa da Ciência e contra a proposta ventilada pelo governo. No texto, o grupo afirma que “não há espaço para planejamentos míopes e de curto-prazo quando se trata do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia”. “Os impactos de tais mudanças geram danos que não podem ser mitigados rapidamente e condenam o Brasil à perda de competitividade, de independência e de condições para o enfrentamento de crises que afetam vários setores da economia e da sociedade”, condena.

Para o presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Ildeu de Castro Moreira, a medida é mais um ataque injustificado à ciência brasileira. “Países como os EUA, por exemplo, têm dez agências diferentes de fomento à pesquisa. Isso não significa desperdício, mas eficiência”, atesta. O pesquisador fala em possíveis interesses do MEC por poder interno e critica os frequentes discursos da pasta desqualificando a pesquisa brasileira, “que tem avançado e construído respeito internacional”, pondera.

“Claro que as agências de fomento à pesquisa e as universidades podem ser melhoradas. A questão é que isso não deve recair apenas sobre a área da Ciência, Tecnologia e Inovação. É também um desafio de governo, das políticas públicas fazer com que as pesquisas tenham repercussão maior na inovação tecnológica, social, na gestão pública e no sistema produtivo. Essa é uma questão histórica brasileira, que tem que ser abordada. Mas que certamente não será alcançada com a desestruturação do que construímos ao longo de décadas”.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Valor garante mais 135 mil vagas para formação de professores

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020. “Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas”, afirmou.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas sejam aprovadas por

deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

‘Nossa posição é que CNPQ e Capes se mantenham separados’, afirma Marcos Pontes

O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, disse ser contra a fusão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgãos de desenvolvimento da ciência do País. A proposta foi antecipada pelo Broadcast/Estadão.

Segundo o ministro, a proposição foi feita pelo Ministério da Educação e está em discussão entre os ministérios. Ele disse que o presidente Jair Bolsonaro não se posicionou sobre o assunto. “Nossa posição é que o CNPQ e a **Capes** se mantenham separados. Se houvesse fusão dos dois, o endereço correto para a nova entidade seria aqui, para se manter as políticas de ciência e tecnologia. Este é o ministério com essa função”, afirmou.

O ministro disse que serão propostas mudanças de gestão e redefinição de funções entre as duas entidades para economizar recursos e garantir a separação. “A junção das duas é extremamente improvável. Não faz muito sentido”, completou.

Pontes também confirmou que houve proposta de a Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep) ir para o guarda-chuva do BNDES, mas disse que isso seria “improdutivo”. “A Finep tem competências específicas e diferentes do BNDES. Por enquanto não existe possibilidade de junção e a tendência é que permaneça como está”, disse.

Bolsas

Depois de dizer que só teria dinheiro até agosto, Marcos Pontes afirmou que o pagamento das bolsas do CNPq está garantido até o fim do ano. Ele disse que o ministro da Economia, Paulo Guedes, deverá assinar nos próximos dias uma portaria liberando R\$ 157 milhões, valor que cobrirá as bolsas nos próximos dois meses e que um projeto de lei enviado ao Congresso Nacional prevê mais R\$ 93 milhões para o mês de dezembro

“Fiquei muitas noites sem dormir, assim como muitos bolsistas que dependem dos recursos para continuar pesquisas e sobreviver”, afirmou.

O ministro também disse que serão descontingenciados R\$ 180 milhões para o projeto do acelerador de partículas Sirius, localizado em Campinas (SP). Com isso, os primeiros projetos deverão começar no ano que vem, com foco no pré-sal.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Comissão da Câmara aprova R\$ 600 milhões para a Capes em 2020

Valor garante mais 135 mil vagas para formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Capes (Coordenação de**

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em 2020.

Segundo informações do MEC (Ministério da Educação), o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020. “Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas”, afirmou.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas sejam aprovadas por deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

topo ↕

REDE BRASIL ATUAL - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro tenta destruir sistema de financiamento da pesquisa científica no país

Enquanto o orçamento das agências de fomento desaba, governo fala em mudanças que podem desmantelar o protagonismo do país na produção de conhecimento

Para pesquisadora, mudanças têm como aspecto “mais dramático e danoso a posição subalterna de limitarmos a produção científica do país às pesquisas aplicadas, que proporcionam lucros imediatos”

São Paulo – Entre o golpe de 2016 e o governo Bolsonaro há uma continuidade que ameaça o papel do Brasil como um dos protagonistas da produção científica no mundo. De 2015 para 2019, o orçamento das agências de fomento à pesquisa e produção tecnológica ligadas ao governo federal caiu de R\$ 13,97 bilhões para R\$ 6,08 bilhões, um recuo de 56,5%, e que não cessa.

Para 2020, segundo dados do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e projeções do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o orçamento das agências recua a R\$ 4,4 bilhões. Esses números incluem o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ligada ao Ministério da Educação (MEC), e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que atua como órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Não bastasse esse efeito do fiscalismo neoliberal sobre o orçamento, agora o governo

Bolsonaro fala em fusões e mudanças no âmbito dessas agências, que na prática podem extinguir importantes instrumentos de desenvolvimento tecnológico e científico, que foram capazes de levar o país, em 2016, à décima segunda posição mundial em produção de artigos científicos, segundo a agência norte-americana National Science Foundation (NSF), que relacionou um ranking com 50 principais países.

De um lado, o governo fala em fundir a **Capes** e o CNPq, o que daria à pasta da Educação plenos poderes sobre o financiamento da pesquisa, em um governo que ideologicamente se manifesta somente em favor da pesquisa que tem interesse de “mercado”. E de outro diz que pensa em transferir o FNDCT do Ministério da Economia para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa segunda mudança, alerta a comunidade científica, poderia acabar com a Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), vinculada ao MCTIC, e que tem muitos de seus financiamentos ligados à inovação.

Segundo a pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) Ana Beatriz Nader, essas mudanças têm como aspecto “mais dramático e danoso a posição subalterna de limitarmos a produção científica do país às pesquisas aplicadas, que proporcionam lucros imediatos, reiterando a filiação ao capitalismo selvagem predatório neoliberal e globalizado”.

Ana Beatriz também afirma que a recomendação do Ministério da Economia de que a Finep deve ir para o BNDES, desqualifica a missão do órgão, na medida em que BNDES é um banco obediente às regras da ‘Basileia’ – acordo em que regula a atuação de instituições financeiras no mundo, ratificado por mais por mais de 100 países em 1988, durante a Convenção de Basileia, na Suíça.

“Qualquer extinção/fusão/incorporação dessas agências será prejudicial e lesiva ao funcionamento do Sistema Nacional de CT&I”, alertaram no dia 2 de outubro 47 entidades acadêmicas, científicas e tecnológicas do país, signatárias de uma carta entregue a parlamentares. O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira, afirma que agências devem continuar independentes e complementares, como têm sido ao longo das últimas seis décadas.

Toda essa crise provocada pelo governo Bolsonaro se traduz no que disse a professora de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) Marilena Chaui à RBA na terça (15): “Mas o que está sendo feito pelo Weintraub?”, perguntou indignada a professora, referindo-se ao ministro da Educação, Abraham Weintraub. “Ele está devastando a educação brasileira, devastando a pesquisa e, portanto, ele está nos tirando da sociedade do conhecimento. Ele nos fará, portanto, apenas servidores daquilo que os criadores de conhecimento farão na metrópole. E nós somos a periferia da periferia.”

topo ↕

SANTA CATARINA NEWS - TEMPO REAL

Comissão da Câmara aprova R\$ 600 milhões para a Capes em 2020

Valor garante mais 135 mil vagas para formação de professores

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020. “Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas”, afirmou.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas sejam aprovadas por deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

topo ↕

TRIBUNA DA BAHIA - BA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Comissão da Câmara aprova R\$ 600 milhões para a Capes em 2020

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020. “Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas”, afirmou.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas sejam aprovadas por deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - TEMPO REAL

Comissão da Câmara aprova R\$ 600 milhões para a Capes em 2020

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020. “Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas”, afirmou.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas sejam aprovadas por deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

topo ↕

URGENTE NEWS - TEMPO REAL

Comissão da Câmara aprova R\$ 600 milhões para a Capes em 2020

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020. “Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas”, afirmou.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas sejam aprovadas por

deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

MEC diz que 643 municípios querem aderir às Escolas Cívico-Militares Modelo, que prevê a participação de militares da reserva em atividades educacionais e administrativas, é uma promessa de campanha de Bolsonaro

O MEC (Ministério da Educação) anunciou na quarta-feira (16), que 643 municípios de todas as regiões do País manifestaram interesse em aderir ao piloto do Programa de Escolas Cívico-Militares. A expansão de escolas nesse modelo, que prevê a participação de militares da reserva em atividades educacionais e administrativas das unidades, é uma promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro.

O ministro Abraham Weintraub disse que o ministério vai fazer a seleção — levando em conta os indicadores sociais, tamanho e a disponibilidade de militares nessas cidades — a lista dos municípios contemplados será divulgada até 15 de novembro.

Weintraub destacou que o Nordeste foi a região do País com o maior número de prefeituras interessadas no programa, 290. No início do mês, na fase anterior do programa que previa a inscrição dos governos estaduais, entre os Estados nordestinos, apenas o Ceará manifestou interesse em aderir. Ele disse que o ministério estuda uma "solução" para os casos em que o Estado não manifestou interesse, mas o município quer a implementação do modelo.

"É preciso ter massa crítica para ter escola cívico-militar sendo instalada. Se o município é muito pequeno e o Estado não vai dar apoio para a implementação, fica difícil. Se eu não tiver militar das Forças Armadas disponível naquele município, eu preciso que o governo estadual dê policiais militares ou bombeiros", explicou.

A segunda região com mais adesão foi a Sudeste, com 215 municípios. Em seguida, Sul (54), Norte (46) e Centro-Oeste (38).

O ministro disse ainda não saber se vai poder atender os municípios de Estados que manifestaram interesse no programa após o prazo. Ele disse que a decisão será anunciada até 15 de novembro. É o caso de São Paulo, que vive um imbróglie com o MEC. O secretário estadual de educação, Rossieli Soares, disse ao jornal Folha de São Paulo que era "difícil aderir a um programa sem saber o que é", mas dias depois recuou e pediu a extensão do prazo para que pudesse também aderir.

"Alguns Estados disseram que perderam prazo, que tiveram problema ou que mudaram de ideia. Para esses, a gente vai reabrir [o programa] em algum momento, mas eu preciso fazer de uma forma não voluntariosa, mas técnica", disse Weintraub. E completou dizendo que o ministério vai "contemplar quem seguiu todos os prazos certinho".

Ele explicou que o ministério tem um prazo para definir os municípios e escolas, uma vez que o projeto piloto terá início no próximo ano. "Se não quer ou está em dúvida, pode esperar e entrar mais pra frente. Afinal, o governador pode mudar de opinião. É um programa que a gente quer expandir, a gente vai soltar um projeto piloto que tem que ser um sucesso muito grande e aí expandimos pelo Brasil".

O plano do governo é de instalar o modelo em 54 unidades no próximo ano, inicialmente a ideia era ter duas em cada Estado. O ministro não informou se deve manter essa divisão. O orçamento previsto para o programa em 2020 é de R\$ 54 milhões, 1 milhão por unidade que aderir. Os recursos serão usados para melhoria de infraestrutura e para o pessoal.

Segundo Weintraub, o Ministério da Defesa vai ajudar na escolha dos municípios, já que a instalação do programa depende da disponibilidade local de militares, de preferência da reserva, para atuar nas escolas. Nos casos em que as Forças Armadas não puderem atender, o MEC irá solicitar que os governadores cedam policiais militares ou bombeiros.

